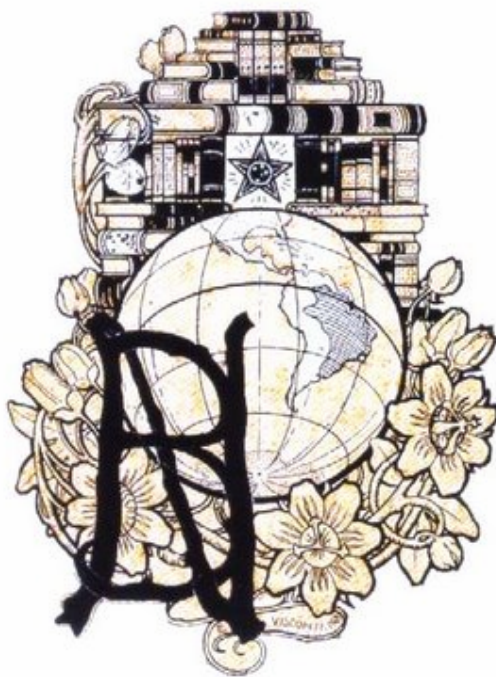


# Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa  
2008

# Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Henryk Siewierski



*Expulsão da Amazônia e a sua reconquista no Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas do Pe. João Daniel*

2008

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

Sinal contraditado / **5**

### CAPÍTULO I

Descrever para converter / **16**

### CAPÍTULO II

Expulsão / **25**

### CAPÍTULO III

Rio personagem / **28**

### CAPÍTULO IV

Tesourus, milagres, monumentos / **33**

### CAPÍTULO V

O clima na Terra da Promessa / **40**

### CAPÍTULO VI

Viventes das águas / **42**

### CAPÍTULO VII

Viventes dos ares / **45**

### CAPÍTULO VIII

Viventes da terra / **48**

### CAPÍTULO IX

As pragas / **50**

### CAPÍTULO X

Os índios / **55**

### CAPÍTULO XI

A economia: situação atual / **64**

CAPÍTULO XII

Os índios que ensinam e que são escravizados / **66**

CAPÍTULO XIII

Nova agricultura / **69**

CAPÍTULO XIV

Nova navegação / **74**

CAPÍTULO XV

Nova missões / **76**

CONCLUSÃO / **80**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / **83**

ANEXO

Cópia de 4 páginas do original manuscrito

*Do Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas* / **86**

## INTRODUÇÃO

### Sinal contraditado

*E Simeão os abençoou e disse a Maria, sua mãe:  
Eis que este é o sinal que é contraditado.  
Lc 2, 34*

1.

No dia 27 de dezembro de 1594 o rei da França Henrique IV, ao visitar a sua amante Gabrielle d'Estrées, no Hotel de Schomberg é atacado por Jean Châtel, de 20 anos, filho de um comerciante parisiense que perdeu juízo de tanto pensar no horror do pecado e no fogo eterno reservado aos pecadores. O rei por pouco não antecipa a sua chegada ao inferno, com a cabeça na mão que Châtel estava decidido a lhe cortar. Por falta de experiência só consegue cortar levemente o beijo do monarca e quebrar-lhe um dente, mas mesmo por tão pouco será condenado a morrer rasgado por quatro cavalos. Os poderosos inimigos da Companhia de Jesus, do parlamento e da universidade, vão fazer tudo para provar que o atentado não foi uma iniciativa particular de Châtel, mas que a idéia partiu dos jesuítas, cuja presença na vida educacional, política e religiosa da França lhes incomodava cada vez mais. Não houve provas de participação dos jesuítas no crime, mas bastava que Châtel tivesse estudado no colégio deles, que foram encontrados textos antimonárquicos nos papéis do bibliotecário do College de Clermont jesuítico, e a suposição de que pudessem ser o instrumento de interesses espanhóis na França, para que o parlamento decretasse a sua expulsão, dando lhes três dias para saírem de Paris e duas semanas da França. Foi primeira expulsão sofrida pela Companhia de Jesus e foi justamente da cidade onde sessenta anos antes ela tinha nascido.

Foi em Paris, sacudido pelos confrontos entre os protestantes e católicos, que no dia de Assunção da Nossa Senhora, 15 de agosto de 1534, Inácio de Loyola e mais seis seus amigos, entre eles Francisco Xavier, fizeram solenemente votos de pobreza, constituindo assim a companhia, que seis anos depois será reconhecida pela bula *Regimini militantis ecclesiae*, do papa Paulo III, como a Companhia de Jesus, instituída „para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para propagação da fé” (LOYOLA, 1997, p. 21). Mas ao falar da contribuição francesa, não seria talvez completamente inadequado lembrar uma bala de canhão, que numa batalha de 1521, perto da cidade de Pamplona, acertou a perna direita do cavaleiro Iñigo López de Recalde. A bala era francesa, pois o cavaleiro era de Loyola em serviço do vice-rei da Navarra. Na casa em que ficara em recuperação não tinha como ler os seus romances prediletos de cavalaria e tinha que se contentar com as vidas dos santos de Jacob de Voragine e *A vida de Cristo* de Ludolfo de Saxônia. Assim começou a transformação de um nobre guerreiro com passado aventureiro espanhol num futuro santo da igreja católica, romana e universal. Anos depois será assim interpretado esse momento da sua vida pelo Pe. Antônio Vieira: „Jazia Dom Inácio de Loiola malferido de uma bala francesa no sítio de Pamplona (...). Cansado de lutar com pensamentos tão vastos, pediu um livro de cavalarias para passar o tempo; mas, oh Providência Divina! Um livro que só se achou, era das vidas dos santos (...). Se o livro fora de cavalarias, sairia Inácio um grande cavaleiro: foi um livro de vidas de santos, saiu um grande santo!” (VIEIRA, VII, 414).

Trocando espada pelo cajado e despojando-se dos bens mundanos, Loyola segue o caminho de peregrino em que a oração, jejum, autoflagelos, visões, mendicância e pregação iriam frutificar na formulação de um novo modelo de espiritualidade em seus *Exercícios espirituais*, escritos ao longo das próximas décadas. Em 1523 vai a

Jerusalém, mas logo retorna a Europa para concluir seus estudos universitários. Passa dois anos em Barcelona, depois vai a Alcala onde por não ser demasiadamente ortodoxo em suas idéias teológicas passa seis semanas na prisão. Em 1527 chega a Salamanca, onde as suas pregações também chamam a atenção da Inquisição, mas aqui fica preso só três semanas. Saindo da prisão vai de burro a Barcelona e logo segue, a pé, para a Paris, onde passa seis anos estudando e vivendo de mendicância.

Embora os planos iniciais de Loyola e a bula papal de 1540, não contemplassem luta contra os heréticos da Reforma, a Companhia de Jesus ia se tornando uma vanguarda nessa luta, reforçando os valores rejeitados pelos protestantes, como a eucaristia e culto dos santos, servindo incondicionalmente ao papa, pregando em toda Europa e dando a assistência e reforço aos católicos mesmo nos redutos do inimigo, como na Inglaterra elizabetana, muitas vezes perseguidos até o martírio, fundando instituições de ensino, destacando-se no Concílio de Trento. O ódio que despertavam da parte dos protestantes não foi gratuito. Mas também nem todos os católicos eram seus admiradores e amigos. Na medida de crescimento da Companhia de Jesus, no seio da igreja católica começaram se confrontando duas tendências: uma que se beneficiava com os sucessos dos missionários e teólogos jesuítas e lhes foi favorável, e outra, em que os sucessos e o crescimento tão rápido da ordem geravam insegurança, ressentimento ou inveja (WRIGHT, p. 33).

2.

O crescimento espetacular da Companhia de Jesus que se tornou uma das mais influentes organizações na Europa e os seus sucessos missionários, fizeram com que o seu primeiro centenário podia ser comemorado em grande estilo nos cinco continentes. Publicado em 1640, em Antuerpia, o livro *Imago mundi saeculi*, registro das suas

realizações, expressava também os ideais e ambições dos jesuítas nada modestos, se um dos seus lemes foi: "unus non sufficit mundus".

Os jesuítas não se fechavam nos conventos, mas inseriam-se na vida da sociedade prestando serviços como sacerdotes e educadores, assumindo também funções de destaque, como confessores dos reis e príncipes. A convicção de que Deus está em tudo e que tudo é Deus, lhes fez considerar o mundo a sua casa e atuar *ad maiorem Dei Gloriam*, tanto no espaço religioso como social. O general da ordem foi escolhido pela congregação geral, era um cargo vitalício e a sua sede estava em Roma. Ele nomeava os provinciais e estava em permanente correspondência com eles.

Mesmo com o processo de formação longo e rigoroso, o número de jesuítas que no ano da morte de Loyola (1556) não passava de mil, chega a mais de 15 mil no final do século, quando a Companhia já soma 521 colégios e 49 seminários (SCAGLIONE, p. 62). Foi a primeira ordem da igreja católica a assumir a educação como uma das suas missões. A maior parte do clero diocesano da Europa recebia educação nos colégios dos jesuítas, e em 1621 foi eleito o primeiro papa educado por eles, Gregório XV. Na rede mundial de suas escolas e colégios as crianças e jovens recebiam a melhor educação da época. Só na França em 1630 os jesuítas formavam 40 mil estudantes, alguns dos quais iam se tornar os grandes homens da época, como Bossuet, Corneille, Molier ou Descartes. Também a ciência, em suas diversas áreas, deve muito aos jesuítas, que integraram a elite intelectual e científica do mundo ocidental.

Não faltavam santos e mártires cujo exemplo e cujas relíquias fortaleciam a Companhia e faziam aumentar as suas fileiras, mas nem todos eram santos e não faltavam também conflitos internos, inclusive entre os padres fundadores. Um deles, Simon Rodriguez fazia críticas abertas à liderança de Loyola e como provincial de Portugal governava com mão de ferro, incentivando jejuns rigorosos, autoflagelação e



uma estranha prática de meditações nas salas onde estavam expostos os cadáveres. Mais graves foram os problemas com a província espanhola, onde muitos padres eram contrários a centralização romana e não viam com bons olhos seus confrades de origens judia ou muçulmana. Eles também ficaram inconformados com a eleição do primeiro general não espanhol em 1573, um belga Everard Mercurian. (WRIGHT, p. 50)

Após os primeiros cem anos de crescimento, começam os sintomas da crise, com a diminuição das vocações e o fechamento de muitos colégios. A Companhia sofre críticas arrasadoras, como as de Blaise Pascal. Mesmo assim, o trabalho na vinha do Senhor nas longínquas províncias da Ásia, África e das Américas prossegue e continua trazendo frutos espetaculares.

3.

Enquanto Lutero nem sequer comentou as palavras do evangelho de São Marco, "ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura" (Mk 16, 15), como se fossem dirigidas apenas aos primeiros apóstolos, os jesuítas as tomaram ao pé da letra e com toda a seriedade. Começaram pelo império português, a metade do mundo que lhes pertencia pelo tratado de Tordesilhas, assinado pelo papa Alexandre VI, em 1494. O primeiro destino missionário de Francisco Xavier, em 1542 foram Índias. Em 1549 os seus confrades seguiram para o Brasil com o primeiro governador Tomé de Sousa. Dois anos antes chegaram à África estabelecendo-se em Congo e Etiópia. Nos anos 60 do mesmo século começou a evangelização na China a partir de Macau, onde em 1556 os portugueses conseguiram estabelecer a sua feitoria. O próximo destino de Francisco Xavier foi o Japão, onde o respeito pela cultura local contribuiu pelo sucesso da evangelização, mas também provocou uma reação violenta e martírio de muitos deles, em meados do século XVII.

A outra metade do mundo, espanhola, começou a ser evangelizada pelos jesuítas no Peru, aonde chegaram em 1567, e na Florida onde a ação missionária foi interrompida em 1569 custando a vida de vários jesuítas. Em 1572 os missionários da Companhia chegaram ao México, de onde seguiram para territórios da atual Arizona, Novo México e Califórnia. Fizeram história as missões em Nova França e no território de Quebeck, mesmo com as invasões dos ingleses, os jesuítas conseguiram chegar quase a todas as tribos indígenas. Só em 1758, com a ocupação do Canadá pela Inglaterra e a introdução da igreja anglicana terminou a presença jesuítica. Ao sul, as famosas reduções do Paraguai tornaram-se uma experiência que gera polêmicas até hoje. Em 1767 em suas 57 aldeias habitavam quase 114 mil pessoas. Para completar a sua presença no mundo reservado aos espanhóis, em 1581 os jesuítas chegaram às Filipinas.

A flexibilidade evangelizadora dos jesuítas foi certamente um fator importante na história gloriosa das suas missões, mas provocava também críticas. Tiveram que enfrentar as críticas dos que não viam com bons olhos as suas estratégias de assimilação e tolerância ao sincretismo, como também dos que os acusavam de submissão demasiada aos colonizadores, de serem coniventes aos meios violentos da expansão imperial. Eram pragmáticos e a sua relação com a máquina da expansão colonial, mesmo que criticassem os seus abusos, foi imprescindível para a eficiência das missões. Preferiam a persuasão, mas também admitiam a força como o meio de conversão.

O sonho de cristianização do mundo inteiro tinha que ser frustrado porque os povos da China, da Índia ou do Japão não queriam nova fé, os deuses que já tinham lhes bastavam. Se os imperadores da China ou da Mongólia toleravam os missionários e davam sinais de amizade, não significava que eram dispostos a se converter, mas que as novidades da outra civilização trazidas pelos jesuítas da Europa, como, por exemplo, os

relógios, os interessavam. Mas por mais que seja crítica a avaliação da expansão européia e das missões, elas deixaram também um importante legado de encontro e de conhecimento mútuo dos povos e suas das culturas. A Europa saiu para converter e dominar, mas também para conhecer o mundo, e o mundo pôde conhecer a Europa, os seus méritos e seus defeitos. Não há como repetir e fazer melhor, ou apagar o que foi feito. Mas somos todos, de algum modo, herdeiros desses arautos da globalização.

O trabalho de construção do mundo de um só rebanho e um só pastor seria impossível sem o dom das línguas, porém o Espírito Santo já não foi tão generoso como aos primeiros apóstolos e os jesuítas precisavam suar muito para receber esse dom e serem entendidos pelos pagãos. Alguns deles, políglotas abençoados, como o Pe. José Anchieta ou S. Francisco Xavier, suaram menos, mas havia quem, como Pe. Antônio Vieira, considerava a aprendizagem das línguas bárbaras um martírio. A necessidade, mas também, em muitos casos, uma paixão lingüística, resultaram em uma monumental contribuição para o conhecimento e codificação das línguas do mundo. Muitos dicionários e gramáticas elaborados pelos jesuítas são hoje os únicos registros das línguas desaparecidas e uma fonte inestimável de conhecimento da história das línguas vivas.

4.

Se acreditar em todos os atentados a vida dos reis atribuídos aos jesuítas, eles seriam campeões de regicídio. A eliminação dos monarcas inconvenientes seria um meio de assegurarem as suas influências políticas, fortalecendo o seu poder ou/e poder do papa. Entre as seus supostos alvos havia reis da França (Henri III, Henri IV, Luis XIV), da Inglaterra (Elizabeth I, Jacob I, Carlos I e Carlos II), mas também os

presidentes dos Estados Unidos, como William Henry, William McKinley e Abraham Lincoln, entre outros.

A prática do regicídio como método de assegurar o poder foi um dos componentes do mito negro dos jesuítas que se intensifica no fim do século XVII. Outros lhes atribuía depravação moral e a tolerância demasiada para com as fraquezas humanas. A teologia moral dos jesuítas entrava em choque com as concepções morais rigorosas, como as dos jansenistas, criando o mito da sua permissividade como o meio de agradar para dominar. *As Provinciais* de Blaise Pascal, obra prima da literatura francesa, difundiam essa imagem, causou danos terríveis aos jesuítas e a sua casuística. Nem todos eram santos e imunes às tentações da carne e de vontade de poder, mas nada justificava as generalizações que apresentavam a Companhia de Jesus como instituição diabólica, ávida de poder e moralmente degradada. Elas só podem ser compreendidas como estratégia adotada pelos adversários da poderosa ordem, com a finalidade do seu aniquilamento, visando às vantagens políticas e econômicas. Mesmo que as riquezas e ossupostos tesouros mirabolantes dos jesuítas não foram encontrados, o seu patrimônio foi um bom reforço para as instituições da igreja e dos Estados.

Não faltam até hoje os que o colapso da Companhia de Jesus atribuem ao triunfo da razão iluminista. Porém os estudos mais recentes, evidenciando a complexidade das relações entre os jesuítas e o Iluminismo, bem como a contribuição deles para a ciência nos séculos XVII e XVIII, e a diversidade das correntes do movimento iluminista, reforçam a opinião de que os jesuítas faziam parte integrante da ciência e cultura do Século das Luzes, e que a sua destruição não foi tanto consequência do Iluminismo, quanto das ações e interesses políticos. Faziam parte da mesma cultura que os destruiu, e a sua liquidação pode parecer um patricídio (WRIGHT, 145).

A avalanche que culminou com a cassação da ordem pelo breve *Dominus ac Redemptor*, do Clemente XIV, em 1773, começou com a expulsão dos jesuítas de Portugal e, em seguida, da França, Espanha, Nápoles e Parma. Vários motivos são apontados, que no seu conjunto não passam dos pretextos utilizados pelo Marquês de Pombal, primeiro ministro do indolente e manipulável rei de Portugal D. José I, para extinguir a poderosa ordem que não coadunava com a sua marcha ao poder absoluto.

O Tratado de Madrid de 1750, conhecido também como o Tratado dos Limites ou das Fronteiras, ao redefinir as fronteiras coloniais entre a América Espanhola e Portuguesa, gerou uma resistência dos índios das Sete Missões jesuíticas obrigados a passar para o território sob a administração portuguesa. Mesmo que os missionários tentaram persuadir aos índios que cumprissem as ordens reais, a sua resistência provocou uma guerra, conhecida como Guerra das Sete Reduções (1754-1763), que resultou na morte de mais da metade da população nativa massacrada pelas tropas espanhola e portuguesa. As acusações de incentivo a resistência dos guaranis tornou-se um forte argumento na campanha antijesuítica pombalina. Outro argumento veio da linha de pregação que vários jesuítas adotaram após o terramoto que devastou Lisboa em 1 de novembro de 1755, atribuindo a sua verdadeira causa aos pecados do reino. A maior ira do Pombal provocou o opúsculo do influente Pe. Gabriel Malagrida com as críticas da política regalista atual. A gota d'água foi a tentativa de assassinato do rei D. José I, ferido no braço e numa anca com tiros quando regressava do seu encontro amoroso com a marquesa da poderosa família dos Távoras, na noite de 3 de setembro de 1758. O Tribunal da Inconfidência, presidido por Pombal, usando os métodos de tortura, condena a pena capital, além dos executores do crime, também o duque de Aveiro e a família dos Távoras, e recrimina os jesuítas como autores morais da tentativa do regicídio. Vários jesuítas foram presos, e o Pe. Malagrida asfixiado e queimado em

praça pública em 21 de setembro de 1761. Em abril de 1759 os jesuítas foram formalmente expulsos do Portugal.

A expulsão pela máquina opressora e difamadora pombalina da Companhia de Jesus de Portugal e das suas possessões ultramarinas em 1759, seguida pela expulsão dos Jesuítas de outros reinos e a sua cassação pela Santa Sé em 1773, apresenta-se hoje, dois séculos e meio depois, como uma das mais violentas e demolidoras campanhas contra uma instituição na história do mundo ocidental. Os Jesuítas foram demonizados, acusados de serem anticristãos e de cultivarem os piores males da história humana, de cobiçarem o poder absoluto e universal e propagarem uma ignorância anti-iluminista. Foi um preço pago pela sua intenção de reconquistar o mundo todo para Cristo em obediência incondicional ao seu representante na Terra; preço pago “pelo seu espírito de iniciativa, pela sua capacidade de adaptação e inovação, por um certo clima concorrencial que criaram em relação às ordens regulares clássicas (...), pela sua antropologia otimista, pela crítica assumida em relação aos sistemas de poder despóticos e tirânicos, assim como pela oposição ao escravagismo dos índios, mas também por uma certa dificuldade, revelada no final desta fase, em se abrirem institucionalmente, às inovações pedagógicas e epistemológicas propugnadas pelas novas correntes da ciência e do pensamento” (FRANCO, 275-276). Foram vários os pretextos que serviram a justificação da expulsão e da cassação da Companhia de Jesus, e se eles foram buscados ou fabricados foi porque os motivos verdadeiros foram insuficientes para justificá-la. Costuma ser apontada como o motivo principal a incompatibilidade entre o Estado moderno e a ordem medieval (WILCKENS, 52), porém, nem o Estado era tão moderno com as suas pretensões absolutistas, nem a ordem tão medieval com o seu investimento em ciência e educação e com a sua flexibilidade e espírito de abertura no seu relacionamento com as outras culturas.

No quadro do domínio da coroa portuguesa e latinoamericano em geral, a missão jesuítica na Amazônia ocupa um lugar de destaque: tanto pela extensão do seu território, quanto pela intensidade da ação missionária e da reação que ela tem provocado por parte dos colonos e autoridades civís. Há quem considere o conflito entre os jesuitas e os colonos no Estado do Maranhão e Grão-Pará na disputa pelo controle dos índios e pela exploração de sua mão de obra, o mais importante antecedente da expulsão da Companhia dos domínios portugueses e até da sua posterior extinção pelo papa (BOXER, 104 ). Tal conflito resultou em expulsão dos jesuitas de todo esse Estado ainda em 1661-1662 e, em 1684, só do Maranhão. Apesar das leis que protegiam os índios contra a exploração e apesar da administração paternalista da sua mão de obra nas aldeias missionárias, os graves abusos continuam a serem cometidos pelos colonos e administração civil até os meados do século XVIII. Em 1755 foi editado pelo Marques de Pombal e logo implementado no Grão-Pará e Maranhão o *Diretório dos índios*, que assegurava a liberdade aos índios e extinguiu o trabalho missionário dos religiosos nos aldeamentos, transformados em aldeias ou vilas administradas cada por um diretor. As deportações dos jesuitas na Amazônia começaram mais cedo, ainda em 1757, dois anos antes da expulsão geral do Brasil, o que se deve ao fato do governador da provincia ser o irmão do Marques de Pombal. Segundo o cronista da ordem, Joaquim Leite, os jesuitas da Amazônia foram os mais perseguidos do mundo (LEITE, VII, 345-353).

## CAPÍTULO I

### Descrever para converter

„A descrição de uma sociedade foi o primeiro passo para a sua conversão” (WRIGHT, s. 70)

1.

Entre os motivos de inúmeras descrições dos países e dos povos com que os jesuítas brindavam leitores na Europa, bem como os destinatários de suas cartas em geral, a curiosidade certamente deve ser destacada. Afinal, deve ter sido este um dos principais motivos que levava milhares de jovens da Europa a escolher uma vida nômade nas trilhas das missões do vasto mundo. As suas descrições publicadas na Europa iam ao encontro da curiosidade do outro, da expectativa das histórias fantásticas e relatos das aventuras dos exploradores das terras longínquas. Assim faziam sucesso, por exemplo, *Nouveaux Mémoires sur l'état present de La Chine* de Pe. Louis-Daniel Le Comte (1697) ou *Orinoco ilustrado* do Pe. José Gumilla (1745).

Os relatos das missões publicados na Europa serviram para incentivar a vinda dos novos operários para a vinha do Senhor, daí também o florescimento desse gênero e multiplicação dos padres escritores como Venegas, Kino y Ortega, Perez Ribas, Casani y Rivero y Medrano, Rodriguez, Maroni y Brentano, Fernández, Techo, Lozano, Charleroix, Cardiel y Muriel. A expulsão dos jesuítas não interrompeu o fluxo das obras testemunhos do grande empreendimento missionário, mas agora a sua função era diferente: „quisieron consolar su soledad com revivir los recuerdos, y emplear los ócios forzados em perpetuar, por su pluma o la de sus amigos, la Iglesia primitiva que preveiam (...) iba a desaparecer” – escreve Constantino Bayle na introdução de *El Orinoco ilustrado* do Pe. José Gumilla, dando como exemplos dessas obras de



„consolação” e „recordação”: *Historias*, de Jose Chantre y Herrera; *Diário*, de Manuel Uriarte; *Las Californias*, de Clavijero y de Baegert; *El Reino del Quito*, de Velasco e *Los Abipones*, de Dobrizhoffer (GUMILLA, XIV-XV).

Mas as descrições feitas pelos missionários devem ser vistas também por um outro ângulo, o da sua relação com a principal finalidade das missões, ou seja, a propagação da fé, a conversão e a salvação das almas, pois como observa Jonathan Wright, „a descrição da sociedade significava a avaliação do seu potencial espiritual, sua capacidade inata de receber o evangelho” (WRIGHT, p. 68). Independentemente dessa função pragmática da descrição que avalia para converter, ela já em si estabelece uma relação de conversão entre quem vê/descreve e o que é visto/descrito, enquadrando o outro no sistema de signos do missionário, adaptando-o a sua visão do mundo. É uma relação de domínio, o que não exclui a possibilidade do missionário escritor ser também dominado, e de certo modo convertido, pelo mundo que resiste a ser enquadrado no seu sistema de cultura.

*O Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas* do Pe. João Daniel reúne todas as características acima mencionadas da produção missionária: a curiosidade pelo outro, a sua descrição e avaliação em função da obra evangelizadora, recordação saudosa da igreja que estava sendo construída, e – ao contrário de muitas outras obras escritas depois da expulsão – alimenta a esperança de que essa construção continuará e que as experiências vividas devem servir de incentivo e de preparação para os futuros missionários. As descrições do universo amazônico na obra do Pe. João Daniel, servem, sem dúvida, a compreensão da população nativa visando a sua converção ao cristianismo. Mas elas servem e objetivam com uma consciência muito clara, a transformação desse universo numa Terra de Promissão também no sentido social, econômico e político. Por esses e outros motivos – como os elementos metanarrativos

que evidenciam a dramática situação do escritor, como a crítica dos métodos de evangelização e de colonização em vigor, como o extraordinário arquivo da memória – o *Tesouro* de João Daniel se apresenta como uma das mais completas, e mais misteriosas obras do gênero. Uma das mais abrangentes e a mais importante fonte do conhecimento da Amazônia do século XVIII. Considerando as circunstâncias em que foi escrita, ela é também um inigualável testemunho da vontade de registrar e de compartilhar esse conhecimento com os outros<sup>1</sup>.

2.

Nascido em 1722 em Travaços, perto de Viseu, João Daniel entra na Companhia de Jesus em Lisboa aos 17 anos e em 1741 parte para o Brasil, onde depois de dez anos de estudos é ordenado padre e começa o trabalho missionário entre os índios da Amazônia. Em 1757, na onda das perseguições pombalinas, mas ainda dois anos antes da carta régia que decretou a expulsão de Companhia de Jesus de Portugal e todas as suas possessões ultramarinas, é deportado para Portugal junto com nove outros missionários, e preso no Forte de Almeida. Quatro anos depois é transferido para a Torre de São Julião da Barra, onde morre em 19 de janeiro de 1776. Como o motivo da sua prisão e extradição é apontada a discordância do *Diretório dos Índios*, uma lei editada em 1755 pelo Marques de Pombal, e implementada pelo seu irmão Francisco Xavier de Mandonça Furtado. De fato, a obra do Pe. João Daniel escrita depois na prisão, pode ser considerada também uma resposta ao *Diretório* que extinguiu o trabalho missionário dos jesuitas nos aldeamentos (QUADROS).

---

<sup>1</sup> Outro texto jesuítico escrito nas prisões portuguesas entre 1772 e 1776, que foi preservado e chegou aos nossos tempos é o de Pe. Anselm Eckart, cuja tradução em português foi editada pela editora Loyola, em 1987, sob o título *Memórias de um Jesuíta prisioneiro de Pombal* [1791]. No *Catálogo dos religiosos da Companhia presos nas masmorras pombalinas ou moprptos a camnho delas*, que faz parte do livro aparece Pe. João Daniel: “Português, vice-prov. Do Maranhão; preso na forte de Almeida e de lá transferido para S. Julião 11.II.1762 onde morreu 19.I.1776, com 54 anos de idade” (p. 252).

No decorrer dos seus 16 anos vividos na Amazônia, João Daniel fazia uma intensa e interdisciplinar pesquisa de campo, colhendo os dados sobre a geografia, o clima, a fauna, a flora e os povos daquela região. Certamente não deve ter sido apenas uma ocupação à margem das atividades religiosas do missionário, mas a sua parte inequal, se o conhecimento assim reunido e guardado nos arquivos da memória iria se tornar fonte de uma obra monumental, escrita ao longo dos 18 anos nas prisões de Lisboa.

*Tesouro* é um registro e uma narrativa, um tratado e uma enciclopédia de 782 páginas em manuscrito, um relatório de um missionário e descobridor do tesouro da Amazônia. Foram muitos os que partiram ao sabor ou contra a corrente do grande rio em busca do tesouro. O Pe. João Daniel descobriu o tesouro maior, a própria Amazônia. Tomar posse desse tesouro, apropriar-se dele, enriquecer não era para ele outra coisa a não ser o seu conhecimento, o mais amplo e mais preciso possível, bem como o compartilhamento dessa riqueza com os outros.

A obra do Pe. João Daniel, que só no século XIX viu a luz do dia, somente há trinta três anos foi publicada com as suas seis partes divididas em dois volumes<sup>2</sup>. O primeiro volume compõe a *summa* do conhecimento de geografia, fauna, flora, minerais, história e dos povos da Amazônia. O segundo volume é dedicado às questões relacionadas às missões, agricultura, pesca, navegação, comércio, indústria e a organização da vida social. Fazem parte também do tesouro da Amazônia os mitos e

---

<sup>2</sup> Desde 1810 o manuscrito das primeiras cinco partes do *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas* encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde foi trazido por dom João VI em 1808. A sexta parte foi perdida e encontrada depois na Biblioteca de Évora. Nos anos 1820, 1840 e 1878 a obra foi publicada em edições parciais. Somente em 1976 a Biblioteca Nacional estabeleceu e publicou todas as partes conhecidas do manuscrito, reeditadas em 2004 pela editora Contraponto do Rio de Janeiro. Mas esta ainda não foi a versão completa do *Tesouro*, uma vez que pouco depois foram descobertos no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa pelo Antonio Porro, os capítulos da Terceira Parte, faltantes nas edições anteriores. Cf. João Porro. Um „tesouro” redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de Pe. João Daniel. „Revista do Instituto de Estudos Brasileiros”, 2006, n. 43, p. 127-147.

lendas ali encontrados, entre eles as histórias sobre os homens-peixes que vivem nos rios e saem a noite para espantar os pescadores, sobre a Pedra Maravilhosa, que tem em si todas as pedras preciosas, sobre o lago que transforma em pedra cada um que ousasse nele entrar. A autor não se distancia criticamente a essas crenças, mas parece ele próprio colocar-se entre os que acreditam.

Nas partes quinta e sexta da sua obra, o Pe. João Daniel propõe novos métodos na agricultura, extração, pesca e comunicação, suas invenções que objetivam facilitar a vida dos moradores da Amazônia e contribuir para o desenvolvimento dessa região. Fazem parte dessas invenções as que podem facilitar e melhorar a navegação fluvial, assim como as idéias de aproveitamento de marés para mover os moinhos, projetos de bombas, aquedutos, máquinas para cortar madeira e engenhos de açúcar.

Em nenhum momento o autor se queixa das condições em que escreve a sua obra. Apenas pede ao leitor a compreensão pelas faltas provocadas por essas condições. Dá a lição de humildade quando diz que a sua escrita é o modo de preencher o tempo por falta de outros divertimentos e do acesso aos livros, bem como a maneira de “enganar a falta de sono”. O manuscrito fica interrompido por uma razão prozáica e dramática ao mesmo tempo. João Daniel descreve as técnicas de uma possível irrigação dos terrenos altos no vale do rio Amazonas, quando o texto perde a sustentação: “Porém como se acaba já o papel, e por outra estes inventos necessitam de se conferir, fiquem reservados para melhor tempo, ou para quem tem [riscado] e nela comodidade, e instrumentos, [ilegível] J.M.J. (II,621)<sup>3</sup>.

3.

---

<sup>3</sup> DANIEL, João Pe., *Tesouro d escoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, Vol. 2, p. 621. Todas as citações dessa obra serão localizadas no texto com o número do volume e da página.

As descrições da natureza e dos seus fenômenos, das paisagens, da fauna e flora e das diversas curiosidades, comprovam o olho e o ouvido sensíveis do observador, mas também uma postura do leitor para quem a terra é um grande livro. Ele descreve e que tinha visto e, ao mesmo tempo, lê, interpreta, a seu modo, o que não pode ser visto, mas o que se nos apresenta através dos signos da escrita da terra. É uma leitura que leva a superinterpretação, mas não faz mal, porque o que conta é uma atitude aberta ao mais do que captam os sentidos. Talvez por isso, ao registrar as histórias maravilhosas dos povos da Amazônia, o Pe. João Daniel não manifesta a descrença ou dúvidas, mas toma o lado da verdade que elas representam ou apenas relativiza a possibilidade da sua existência no mundo real.

Esta atitude aberta manifesta-se também nas relações do autor do *Tesouro* com os índios da Amazônia. Ela é bem diferente da hipocrisia de alguns dos antropólogos, que mal sabem disfarçar o desprezo ao objeto da sua análise científica. O Pe. Daniel não esconde a distância, que o separa do índios, não hesita até de chamá-los “feras selvagens”, os que vivem “à lei da natureza, sem Deus, sem Lei e sem Rei, conforme a vontade de cada um” (I,318). Não o comovem as suas crenças religiosas, que define simplesmente como as variantes da idolatria ou culto do satanás. Mas ao mesmo tempo toma decididamente o lado dos nativos, defendendo a sua dignidade humana e denunciando todas as formas de escravidão, bem como os métodos de evangelização a qualquer preço, inclusive o da renegação dos princípios cristãos com o uso das manhas da retórica e o tratamento instrumental dos convertidos.

O dever de repartição, ou seja a entrega obrigatória dos índios das missões para o trabalho escravo para os brancos, o Pe. João Daniel considera “uma tragédia para os pobres índios, e para seus missionários” e “o maior flagelo dos índios, e a maior destruição das missões portuguesas”(I,310). Ele chama a atenção ao fato de que a falta

dessa obrigatoriedade nas missões espanholas contribui para a sua rápida expansão e florescimento. “Querer por uma parte fazê-los homens com o cultivo das artes, e por outra querer que sirvam como escravos, e que só se ocupem no serviço dos brancos é querer impossíveis” (I,312).

Para convencer os índios que abandonem as suas terras no interior dos matos e se transfiram para as aldeias missionárias, os jesuitas usam argumentos que pouco têm a ver com a ação evangelizadora: “não lhes expõem logo os motivos, por que se devam converter, nem os recônditos mistérios da nossa fé, que julgam por imperceptíveis a gente tão rústica. Mas só lhes propõem motivos temporais” (I,377). Desse modo, prometendo a segurança e liberdade, a abundância de alimentos, instrumentos de ferro, utilizando-se portanto de “santos enganos”, os missionários atraem os índios para as suas aldeias e só depois começa a catequização. Ao compreender as causas dessa estratégia em condições da Amazônia, o Pe. João Daniel aconselha um método bem diferente:

„Eu porém, não reprovando estas indústrias daqueles missionários, mais aconselharia o método comum dos mais missionários nas mais missões do mundo, isto é, que clara e descobertamente se lhes proponham logo as verdades católicas, e os motivos da nossa fé, para que por estes, e não por outros interesses temporais se movam aqueles brutos a abraçar a fé. Pois a sua rusticidade, e brutalidade não é bastante razão para lhes encobrir o principal intento da sua salvação. Antes pelo contrário me pareceu que antes essa sua rusticidade é mais apta para melhor se lhes imprimirem as verdades católicas (...). Não seremos pois aptos instrumentos da conversão dos índios, se não lhes propusermos os motivos da fé, supra naturais, e divinos (...)“ (I,378-9).

Embora no tempo que passou desde a missão do Pe. João Daniel na Amazônia, a missão não interrompida nem nas masmorras de Lisboa, surgiram outras descrições do mundo amazônico, embora hoje se saiba mais do que conta o seu *Tesouro* e as suas invenções não têm mais chance de aplicação, o valor da sua obra não é apenas o valor histórico. A riqueza da linguagem e da imaginação, a dimensão interdisciplinar, a base

firme da experiência e da meditação, fazem com que há quem chame hoje esta obra “a Bíblia Ecológica da Amazônia” e o seu autor Camões dos trópicos (TOCANTINS).

Não seria fácil classificar a obra do Pe. João Daniel do ponto de vista do seu gênero. É sem dúvida uma das mais abrangentes descrições do universo amazônico da época, mas também um tratado que visa a sua transformação. O discurso que tem todas as características do relato da viagem etnográfica não dispensa recursos poéticos nem sistematização enciclopédica, inclusive em forma de abecedário. A recordação das experiências próprias constitui uma fonte principal, mas o autor se serve também da memória dos companheiros do cárcere e das suas próprias leituras de antes de ser preso.

Pe. João Daniel pode ser hoje um aliado daqueles, que não só veem na Amazônia os tesouros, mas que, antes de tudo, sejam capazes de reconhecer a própria Amazônia como um tesouro – um tesouro imperdível. A cada página da obra a Amazônia perdida por um missionário extraditado e preso, torna-se reconquistada através da transcodificação e do registro do que foi gravado na memória.

Vários estudiosos já se perguntavam como poderia João Daniel nas condições tão adversas do seu longo cativeiro, sem ter acesso às fontes, privado constantemente até de papel e tinta, ter produzido uma obra tão bem documentada, tão extensa e rica em detalhes. Há quem desconfiava que a obra foi escrita ainda na Amazônia (PAPAVERO, 77). Mas no próprio texto é possível encontrar os argumentos contrários a essa hipótese, como as lacunas e faltas de dados, o que não iria ocorrer se o autor tivesse acesso às fontes bibliográficas. Ao longo da narração da obra encontramos também vários trechos metanarrativos que descrevem a situação do autor e que servem de justificativa para a escassez ou falta de alguns dados:

“faltam-me as notícias por me faltarem os livros, onde os curiosos as poderão ler, enquanto eu gemendo e chorando oprimido com o peso da minha cruz, submerso, e enterrado vivo no funesto

sepulcro, e subterrânea cova da minha prisão, vou pedindo a Deus piedade, e misericórdia; e que com a sua se digne santificar a minha cruz” (I, 54)

Por outro lado, em vários momentos da obra, o grau de detalhamento e as citações de outros autores, inclusive com as referências bibliográficas exatas, pode levar a conclusão de que pelo menos algumas partes da obra foram escritas ainda na Amazônia ou que o autor teve acesso às suas anotações feitas antes de ser preso<sup>4</sup>.

Depois de transferido para o forte de São Julião, ele teve companhia de outros padres expulsos da Amazônia, com os quais podia trocar as recordações e conferir os dados (PORRO, 223-224). No decorrer da narração do *Tesouro*, encontramos várias citações dos relatos e informações desses companheiros da prisão, como por exemplo, quando ao falar do porco-espinho refere-se numa nota à margem do texto ao testemunho de um deles: „e aqui está meu companheiro que viu, e matou um na Missão” (I,189). Outra vez cita o testemunho de um missionário da China ”que também para aqui veio preso” (I,527), ou conta história de um missionário companheiro no cárcer, que foi vizinho na missão (II,69).

É impossível definir hoje com precisão as fontes bibliográficas da obra do Pe. João Daniel, e o grau de contribuição dos seus companheiros do cárcer. Porém, não resta dúvida de que a principal fonte foi a própria vivência e busca de todo o conhecimento possível sobre a Amazônia, uma colônia eleita como a pátria que foi forçado a deixar.

---

<sup>4</sup> Por exemplo, ao falar dos homens marinhos, faz referência precisa ao livro de Frei Benito Geronimo Feijoo, *Theatro Critico Universal, o Discursos vários em todo gênero de matérias, para desengano de errores comunes*, Madrid, 1739: ”Dos homens marinhos fala Feijó no 6 Tom. *Discurso 7º*” (I,120). Há outras fontes bibliográficas citadas pelo João Daniel, como as obras de Bernardo Perreira de Berredo, João Curvo Semmedo, José Gumilla, Samuel Fritz, João Felipe Bettendorf, Francisco de Sousa, Manuel Rodrigues, Charles Marie de La Condamine.



## CAPÍTULO II

### Expulsão

”Sair para tornar melhor é não sair”, diz Pe. António Vieira no ”Sermão da Sexagésima” (1655), referindo-se a parábola do semeador e, por seu intermédio, ao trabalho missionário da sua Companhia: ”Diz Cristo que o semeador do Evangelho saiu, porém não diz que tornou porque os pregadores evangélicos, os homens que professam pregar e propagar a Fé, é bem que saiam, mas não é bem que tornem”. Um quarto do século depois desse sermão pronunciado na Capela Real em Lisboa ocorreu o retorno dos jesuítas, algo contrário a lógica missionária vieiriana, e mesmo que o retorno tivesse sido forçado, ele pode colocar em questão a validade da própria ”saída” por serem tão graves as conseqüências desse retorno para as missões abandonadas. Porém, falar do abandono é falar apenas a meia verdade, na medida em que a expulsão e a prisão foram conseqüências dessa missão, e por isso também a sua continuação. A obra do Pe. João Daniel é um dos mais expressivos testemunhos dessa continuação, tanto mais que foi escrita com intenção de servir aos futuros povoadores e missionários do Amazonas na expectativa de contribuir para o seu desenvolvimento econômico e humano. .

Ao falar sobre a onça, „a das mais ferozes e bravas feras do Amazonas”, João Daniel faz uma digressão falando sobre os jesuítas: „quando os havia naquele estado, logravam o privilégio de não lhes fazerem mal nem cobras, nem onças”. Foi por reverência e benção do Padre José de Anchieta que tal privilégio se estendia a todo Brasil e talvez a toda a América. E aqui faz referência a expulsão: „Porém aqueles mesmos religiosos, aos quais reverenciavam os mais venenosos bichos, e as mais bravas feras, como são cobras, e onças; esses mesmos odiados dos racionais seus nacionais não

só foram por estes expulsados com infâmia, mas tão inumanamente tratados, e maltratados, que seriam mais humanos se logo lhes tirassem a vida” (I,197).

Os jesuítas não só observavam, mas praticavam também a vida em harmonia com a natureza. Pacificando feras-bichos e feras-homens negociavam com o próprio Deus o retorno ao paraíso. Mas a sua aliança com o mundo natural nessa empreitada provoca uma reação no mundo racional. A mesma razão, desafiadora da fé, que provocou a expulsão do paraíso, agora impede o retorno. Os racionais que perderam a memória do paraíso e cuja terra prometida é a terra por eles dominada, tornam-se adversários ferozes dos jesuítas e do seu projeto utópico. O mundo natural que não foi expulso do paraíso adere facilmente ao projeto da sua reocupação, enquanto os racionais repetem o gesto diabólico da interrupção do que foi programado como o reino de Deus na Terra.

Em vez do reconhecimento e gratidão pelos serviços prestados a humanidade, a cristandade e a coroa portuguesa („O mesmo sucedeu com outras muitas nações, que só renderam vassalagem às Quinas de Portugal depois que os jesuítas os fizeram adorar as chagas do nosso Redentor, e alistar debaixo das suas bandeiras por meio do santo batismo”, I, 377), os jesuítas são perseguidos, expulsos e a sua agonia nas prisões de Portugal se assemelha a morte de Jesus na cruz: ”porque na verdade mais me convém morrer aqui na cruz, a Companhia de Jesus, quem também se dignou morrer na cruz” (I,595). Os missionários que conseguiram ”a paz nas maiores empresas dos portugueses em todas as suas dilatadas conquistas da Ásia, África, e América” (I,369), são odiados e perseguidos. João Daniel fala da ingratidão dos portugueses em relação a Pe. António Vieira, que o expulsaram com todos os demais jesuítas „pela culpa de não quererem consentir nas injustas escravidões dos pobres índios, como queriam os portugueses, depois de os privarem de suas terras” (I,370).

João Daniel ilustra essa ingratidão servindo-se de uma metáfora tirada do mundo vegetal, numa descrição do fruto de pacova: „quando a cortam, sente tanto o golpe, que se desfaz em lágrimas, e chora muito, talvez por se ver tão mal paga, em lugar de agradecimento” – (I,440). O que no plano humano se apresenta como uma tremenda injustiça e ingratidão, no plano da lógica cristão ganha dimensão messiânica em analogia com a paixão do Cristo. João Daniel menciona, mas não explora demasiadamente essa analogia. A sua missão continua, só mudou a forma da presença.

### CAPÍTULO III

#### Rio personagem

A “Descrição geográfico-histórica do rio Amazonas” com que o Pe. João Daniel inicia a sua epopéia ou enciclopédia amazônica, introduz o grande rio como personagem da história e da geografia e não apenas como um dos seus elementos. Nascendo em dois berços, das duas cabeças, de dois braços gigantes e de duas grandes bocas com que deságua ao Oceano, o Rio Amazonas divide o Novo Mundo em duas grandes penínsulas:

„(...) só tratarei do grande rio Amazonas, que cortando bem pelo meio da Equinocial este Novo Mundo, o divide igualmente em meridional e setentrional, ficando-lhe nas cabeceiras o estreito ou istmo de Panamá, de só trinta léguas, pequeno espaço, que impedindo-lhe a comunicação com o mar Pacífico, constitui e faz comunicáveis uma e outra América, repartidas igualmente em duas grandes penínsulas pelo Amazonas” (I,41).

A personalidade do rio se manifesta ao longo do seu curso:

„Tem uma singularidade o rio Amazonas, que não será fácil descobrir-se segunda em algum outro rio, ainda dos mais famosos do mundo; e é que, contando tanto mundo no seu dilatado curso, não tem em tanto espaço alguma cacachoeira, que também nisto se mostra singular a todos e para nos intimar que quem nasce para ser grande no mundo não deve ser arrebatado em catadupas, mas muito pacato, e pacífico, como é o grande Amazonas” (I,43)

Em seu estreito, o de Pongo, „como que envergonhado foge de si mesmo” (I,43). As suas águas se comunicam com outros rios ou lagos em três grandes “caldeirões” ou “subversões”. Semeia muitas ilhas pelos lados, constitui muitos lagos e muitas penínsulas.

Referindo-se ao relato de Orelhana, o autor conta as peripécias dos espanhóis, o encontro deles com as amazonas, a separação de Orelhana da expedição de Pizarro, e

apresenta as origens de vários nomes deste rio máximo: Amazonas, Orelhana, Maranhão. É justificada a variedade dos nomes do rio „que pela sua grandeza, *longitud*, e muitas águas, se faz digno de ser chamado um mar natante, o máximo e o monarca dos rios, e merecedor de muitos nomes, e multiplicados títulos” (I, 50).

Dando notícia dos rios que tributam ao Amazonas, João Daniel destaca os seus maiores afluentes a começar da banda do norte, desde as cordilheiras de Quito, atravessando as serras chamadas Paru que acompanham o rio até a sua foz parecendo „umas boas e bem-feitas almofadas” (I,51). São destacadas algumas curiosidades, como o rio Japurá, tão grande que deságua com cinco bocas que parecem cinco rios diferentes; como o Rio Branco que corre em direção oposta a do rio Amazonas e „desta contrariedade se vinga bem o Amazonas metendo-o em corrente junto com o seu padrinho, o rio Negro, onde deságua” (I,53). Rio Negro, o maior e „mais famoso” afluente da banda do norte, é caminho das tropas de resgate dos índios que aguardavam a sua execução no ritual antropofágico, a via de comunicação com o rio Orinoco e com Suriname.

Lembra o autor que entre os rios que desaguardam abaixo rio Negro – Umbu, Seracá, Anibá e, maior de todos, Trombetas – estava, conforme algumas fontes, a famosa cidade Manoa, lago dourado e o país das amazonas. Os rios Umbu e Seracá são famosos por suas extensas praias o desovamento das tartarugas, procuradas pelos portugueses que dos seus ovos fazem manteiga. O último desta banda, o rio Vicente Pinzón, é celebre por ser a fronteira entre as coroas portuguesa e francesa de Caiana.

Apresentando os rios que o Amazonas recebe da parte do sul, João Daniel destaca os maiores, como Ucaiale (que parece disputar com o Amazonas „os pontos do grande”), Javari, Japurá, Purus, Madeira (tão grande que foi confundido por alguns com o Amazonas), Tapajós (que supostamente se comunica com o rio da Prata), Xingu (um

dos mais célebres, que recolhe muitos rios, entre os quais o rio Claro, chamado paiol de diamantes). Fala das cachoeiras (catadupas) dos rios Madeira e Tapajós que dificultam a navegação. O Tapajós que corre “muito violento, por não atender o grande precipício, que nas cachoeiras o espera” é comparado pedagogicamente com os pecadores „que não atendendo à grande queda , que os espera no fim da vida, para o inferno correm sem freio nos seus vícios” (I,57). Entre os rios que deságuam no rio Xingu há um, em que os naturais não querem entrar por o considerarem possuído pelo diabo. No outro, sucedia o mesmo, mas após os exorcismos feitos por um padre jesuíta, o rio pude ser freqüentado e navegado. Abaixo do rio das Areias o Amazonas se divide em dois braços e o maior segue a norte, recebe ainda alguns rios da ilha do Marajó, e deságua junto a Caiana:

„E com o grande peso das suas águas corre o Amazonas para o mar tão ufano, e soberbo, que faz recuar as suas águas por muitas léguas, bem conhecidas, por conservar doces as suas águas, e de que os mareantes fazem aguada, mas finalmente cede ao grande Netuno o principado do mar, contente de ser ele o monarca dos rios” (I,58)

O segundo braço, Tajupuru, dividindo-se em muitos ”dedos”, repartindo as suas águas por imensidade de ilhas, formando muitas baías, recebendo muitos rios, encontra-se enfim com o rio Tocantins „o qual é tão grande, que a sua vista ficam como exinanidas as águas deste segundo braço do Amazonas, e por isso contendem os mais práticos do País que já daqui até o mar se não devem chamar águas do Amazonas, mas rio Tocantins” (I,60). Para descrever melhor a bacia do rio Tocantins com os seus braços, o autor pretende apresentar um mapa. O lugar do mapa fica em branco no códice, mas as 61 legendas com as indicações e descrições dos rios, suas barras, lagos, vilas, minas de ouro, cachoeiras, serras, e as referências explícitas ao mapa („pois até lá se continua o mesmo rio, como se vê no mapa”, I,62), permite supor que o tal mapa, desenhado pelo próprio autor, deve ter existido. Chama a atenção a riqueza das

informações topográficas, mas também pelo menos uma parte desta região foi conhecida pessoalmente por este missionário do Pará, que fez a sua profissão de quatro votos nas margens do rio Moju. Fala do perigo dos sorvedouros (“águas vivas”) e baixos, da superstição dos índios que na entrada dos furos deixam penduradas nas árvores as oferendas aos pajés, acreditando que eles lá habitam. São mencionados também os rios da ilha de Marajó, que se juntam a este segundo braço do Amazonas, porém o autor anuncia um especial capítulo dedicado a grande ilha do delta.

Na apresentação da pororoca, um fenômeno que „dá grande matéria a muitos discursos entre os filósofos, e sábios” (I,71), João Daniel cita um relato de um religioso que a tinha observado e que a compara a „um exército de cavaleiros em bravos, e indômitos cavalos vomitando cóleras em espumas” (I,71). O relato deve ser de um dos companheiros de prisão do autor. João Daniel fala também das possíveis causas, perigos e modos de se proteger contra a fúria da pororoca, assim como da necessidade de povoamento das terras e ilhas próximas a boca do Amazonas, que fazem fronteira com os territórios franceses, uma vez que „não há que fiar *in fide gallica*” (I,73).

No capítulo 8, da Primeira Parte, falando das qualidades das águas do rio máximo, o autor faz a distinção entre as águas brancas (paraná tinga) do rio Amazonas e águas pretas (paraná pixuná) dos seus colaterais, destaca a sua diversidade, conforme diferentes minerais por onde os rios correm, e os „prodigiosos efeitos medicinais” (I,76).

Na descrição do labirinto de ilhas e penínsulas o lugar especial merece a ilha do Marajó, maior de todas e uma das maiores do mundo. A descrição minuciosa dos seus rios, e até pequenos riachos, sua fauna e flora, sua história e seus habitante, faz crer que o autor deve ter andado pela parte habitada do sul da ilha. Ele dá também vários conselho aos moradores, por exemplo, de como enfrentar os efeitos da seca: fazendo

comunicáveis os rios (I, 95). A ilha poderia ser, por suas riquezas, „um dos mais ricos e apetecidos reinos do mundo”, por suas enchentes fecunda como as famosas campinas do Egito, “mas tudo desculpa a falta de colonos e a vastidão de excelente terra do Amazonas”. Fala também das ilhas voláteis ou natantes que de longe parecem embarcações, com a sua rica vegetação apreciada pelo gado *vacum* quando boiando a ilha dá à costa em alguma praia (I,101).

Dando notícia de alguns lagos situados à margem do rio Amazonas, o autor chama a atenção a sua grandeza („alguns tão grandes , que, sem exageração, se podem chamar mar”, I,101) e a riqueza da sua fauna (tartarugas, peixes-boi, em particular) e de ouro e pedras preciosas. Em primeiro lugar fala dos grandes lagos da boca do rio Tocantins, mas logo em seguida é destaque um lago formado pelo rio Xingu „lá no centro da terra” , admitindo a possibilidade de ser ele o „famigerado Lago Dourado (...) e as suas povoações (...) a famosa cidade Manoa” (I, 104). Outro destaque é a „mais digna da história” a lagoa Laurixoca, „primeiro berço deste gigante, e primeira fonte deste grande rio Amazonas” (I, 105), situada numa chapada que em forma de uma „cobra enroscada”, a serra mais alta daquele mundo que o percorre todo. Entre os seus diversos nomes o autor cita: chapada Grande, Moça dos Figos ou Mantiqueira. Esta chapada lança de si muitos filhos com os quais se estende pela toda a América fora, inclusive atravessando o mar forma as ilhas como a de Fernando de Noronha. João Daniel, cuja descrição da Amazônia é tão rica em detalhes, desenha também uma topografia impressionante da América vista como que de cima, e nesta visão aparece o grande rio como o principal personagem e não sujeito da história, pois é ele que mais ordena.



## CAPÍTULO IV

### Tesouros, milagres, monumentos

A descrição fica interrompida logo no início para dar lugar a narração da história do descobrimento do grande rio. Foi a cobiça de ouro a razão do primeiro descobrimento do Amazonas pela expedição de Pizarro. O que é compreensível do ponto de vista da natureza humana – porque a cobiça de ouro sempre incitava as grandes empresas, e o desejo de possuí-lo cresce na medida em que o ouro aumenta –, do ponto de vista do próprio rio, da sua natureza, surpreende:

„Nunca o Amazonas vira nas suas águas tantas embarcações, nem tão luzido, e numeroso exército; e com razão se podia jactar ufano de tão nobre hospedagem, a não saber que não era ele o buscado, mas as suas riquezas; nem se encaminhavam a ele aquelas visitas, mas só ao seu ouro” (I,45).

O ouro levou o homem a descobrir o tesouro maior. Os índios da Amazônia não apreciam o ouro, e a notícia do lago dourado e da cidade Manoa não vinha deles, mas estava espalhada em Quito. João Daniel não descarta a possibilidade da existência do lago e da cidade de ouro, porque assim como Deus havia escondido o paraíso, as Américas, a Atlântida, também estes podiam estar ocultos.

Entre as „coisas notáveis” da Amazônia o Pe. João Daniel destaca alguns milagres da natureza, como pedra do rio Xingo que soa como sino quando tocada, lago com os corpos humanos petrificados, uma pedra maravilhosa muito rara, que tem em si „a preciosidade de todas as pedras preciosas” (I, 89), e que sai com estrondo das entranhas da terra, os homens marinhos, cuja presença nos rios foi testemunhada por várias pessoas. Mas fala também dos dois monumentos do passado mítico-lendário, porém encarado como histórico mesmo. O primeiro, é uma pedra lavrada ao „modo de um altar”, com uma cruz, no meio de um dos braços do rio Xingú. No seu degrau há

pegadas de gente, que devem ser as do sacerdote, e o sacerdote deve ter sido nada menos do que o apóstolo São Tomé, que „neste altar dizia missa; e para testemunha deixou estampados no pavimento os seus sagrados pés, e na face da mesma pedra as mais insígnias da cruz” (I,81-2). O segundo, é uma antiquíssima „fábrica”, „palácio” ou “convento”, no rio Tapajós, feito de pedra e cal, em que segundo a tradição guardada entre os índios, moraram os „nossos primeiros pais, de que todos descendem, brancos e índios” (I,87). Para João Daniel este monumento e a tradição dos índios fundamentam a hipótese de que o lugar do paraíso terreal era na América. O autor não abraça esta hipótese, mas também não a descarta.

Nesta parte ele dá também muita atenção às riquezas que se encontram nos rios, minas de ouro, „paióis de diamantes”, mas também pedras medicinais que facilitam os partos ou „comunicam às árvores, e frutos, a sua virtude” fazendo elas florescer (I, 109). Para os que queiram utilizar as pérolas das ostras da Amazônia, ele dá notícia da técnica da sua pesca na Costa da Pescaria no Malabar feita pelos holandeses. Ao falar da origem das pérolas, desmente a sua suposta maravilhosa proveniência:

„Advirto aqui que é erro o dizerem alguns que as pérolas se fazem de orvalho puro da madrugada, que as ostras vêm beber à superfície das águas sossegadas, porque as ostras estão pegadas às pedras de sorte que são necessários picões para as arrancar. O mais verossímil é que as pérolas se criam nas ostras de algumas partículas de unhas de carranguejo ou *quid simile* que elas comem, e depois se vai aumentando, coagulando, endurecendo, e aperfeiçoando” (I,118)

A Terceira Parte da obra de João Daniel começa com uma „compendiosa notícia dos seus muitos e inexauríveis minerais de ouro, prata, diamantes, e mais pedras preciosas, com que aumenta as grandes riquezas dos seu precioso tesouro” (I,407). Reconhece ao mesmo tempo, que „a principal riqueza das terras não consiste em ter muitos minerais, mas sim, em ser fértil o seu terreno” (I,407)). Afirma que toda a

América „é um contínuo mineral de ouro, prata, diamantes e muitas outras pedras preciosas” (I,408). O Portugal não quer abrir minas em muitos lugares em que tem essas riquezas porque não tem gente suficiente e quer evitar guerras com França e Holanda (I, 408)). João Daniel dá uma relação minuciosa de muitas minas de ouro situadas nas margem do Amazonas e seus afluentes. Volta a falar também do lago de ouro e da cidade de Manoa (PORRO, 132)<sup>5</sup>. Ouro, prata, diamantes é na sua visão apenas uma parte das grandes riquezas do tesouro do Amazona, mas também admite de ser „causa de muitas desgraças” (ibidem, 140).

Mais atenção do que às riquezas minerais o autor do *Tesouro* dá a fertilidade da terra e a seus frutos, viveres, fartura de legumes e frutas. Fala também do clima extremamente favorável (só a primavera e só o verão). Refere-se a um autor que por estas razões chegou a considerar a América um lugar do paraíso bíblico (I, 410). João Daniel acha que seria um exagero comparar a América com o paraíso, mas admite que o estado do Amazonas e Grão-Pará se assemelha a bem cultivada quinta.

Um capítulo inteiro João Daniel dedica a descrição de mandioca, o „pão usual, e cotidiano, que é a farinha-de-pau” (I.413), suas várias espécies, seu cultivo, processamento e uso de vários tipos de farinha e dá receita dos pratos de comida. Mas reconhecendo a importância da mandioca no momento atual, o autor vai apontar outras alternativas como mais vantajosas para o futuro desenvolvimento do Amazonas. „Por terem na mandioca tão bom sustento, pouco caso fazem no estado do Amazonas das mais sementeiras usuais em todo o mundo, exceto do reino de Quito e Peru” (I, 421). João Daniel é favorável a plantio de trigo, refutando o argumento de que o trigo não se dá no Amazonas, ressaltando a fecundidade da terra e destacando as suas grandes

---

<sup>5</sup> A partir da pág. 408 a continuação na edição de PORRO, p. 132, onde continua e é concluído o Tratado Primeiro. A partir da p. 408 o texto entra no Tratado Segundo.

vantagens: „seria de grande conveniência a todo o estado, por terem assim terras estáveis, e permanentes, e evitarem as inconveniências da mandioca” (I, 421). Recomenda também o plantio do milho e arroz, elogiando as excelentes condições para isso. Refere-se às queimadas como todo benefício da terra, que dispensa o uso do arado, enxada e mais instrumentos da agricultura.

Em seguida João Daniel fala do plantio dos legumes dos feijões, principalmente do „fradinho“, referindo-se a sua própria observação (I,429). Admira o cultivo da terra nos reinos de Peru e Quito, plantio de trigo e hortaliças, e incentiva o cultivo de hortaliças no Amazonas – „sendo que o ofício de hortelão é tão alegre, que muitos príncipes o tem preferido aos maiores empregos; e o imperador Diocleciano largou o império e os seus cuidados e se fez hortelão” (I,431). Fala também do plantio de batata, couve, repolho, espinafre, bredos, beldroegas, incentivando o seu cultivo e enfatizando a fertilidade da terra.

Outra riqueza João Daniel encontra nos frutos das árvores, não só pela multidão, mas também pela qualidade (I,435). As descrições dos frutos e suas diferentes espécies são minuciosas e incluem informações referentes a seu plantio e valor nutritivo. Não faltam digressões poéticas, como quando fala do fruto de pacova: „quando a cortam, sente tanto o golpe, que se desfaz em lágrimas, e chora muito, talvez por se ver tão mal paga, em lugar de agradecimento” (I,440). Seria também a alusão a ingratidão sofrida pelos jesuítas? As qualidades de pacova fazem com que é apontada como „fruta que Deus proibiu a Adão no Paraíso” (I,439). O autor destaca abacaxi, pacova, manga, jaca, mangaba, abieiro, fala também das beribá, mamão, cajú, abacate, goiaba, jutaí, bacuri. Ao descrever a cupuaçu manifesta estranheza de não ser aproveitada para fazer chocolate: „Não sei como não tem havido curiosos que aproveitem estas pevides e delas

façam chocolate, como fazem do cacau, porque em si são muito semelhantes, e talvez mais rendosas” (I, 451).

Multiplicam-se os nomes de frutas – ingá, gojará, guanduginjas, pitomba, castanha do Brasil, jenipapo – e as destacadas são maracujá (fruta dos martírios) e uva, cujo cultivo na Amazônia o autor incentiva, porque „se naquelas terras tivessem algum cultivo, poderiam dar vinho a toda a Europa” (I,456). Fala das delícias do vinho e dos perigos quando bebido com demasia. Se queixa dos portugueses por não plantarem as uvas na Amazônia, como fazem os espanhóis e os franceses. Da mesma forma como as uvas, João Daniel acha insuficiente o cultivo de figos, „uma das mais deliciosas frutas que Deus criou” (I,461). Fala das amoreiras, seus frutos, mas sobretudo de suas folhas, o alimento de bicho-de-seda. Quer incentivar os moradores da Amazônia a cultivarem amoreiras „e com eles erigirem grandes fábricas de seda” (I, 464). Com esta intenção dá uma minuciosa descrição do bicho-de-seda. Da mesma forma fala da laranja-da-china e caju. Fala também das cuias e suas diversas utilidades.

No tratado terceiro desta Parte Terceira da obra João Daniel destaca a admirável ”riqueza do rio Amazonas na multidão, variedade, e preciosidade dos paus que por todo o vasto, e dilatado distrito das suas matas se criam, e se perdem” (I,476). Fala das madeiras tão preciosas ”que à sua vista fica o ébano de muito inferior condição” (I,476). Começa pelo pau pinima (o que quer dizer malhado), assim batizado pelos índios, fala das suas cinco espécies, sua beleza, suas malhas e cores, mais do que da sua utilidade. Ao descrever outras espécies – cotiara, violete, surubiiba, pau mulato, paricá – não deixa de ressaltar a sua utilidade além da sua beleza. Destaca pau-santo, ”o mais precioso do que o próprio ébano”, canonizado assim por ser muito utilizado nos templos (I,479). Descreve também ébano para que os curiosos o pudessem procurar, embora ele não esteja ainda conhecido no Amazonas.

Apresenta as três espécies de pau vermelho a começar pelo pau-brasil, precioso pela sua tinta que deu o nome ao país. Em seguida fala de quatro espécies de pau amarelo, pau-roxo, pau-preto, pau-mulato, além de outros, como jacaranda, jotaí, pau-rosa, angelim e itaíba, visivelmente fascinado pela sua beleza e propriedade, mostrando o conhecimento próprio e referindo-se as experiências de outros missionários (I,483).

Seguem as informações enciclopédicas sobre 16 espécies de árvores, com a ênfase na qualidade da sua madeira, sua utilidade (por exemplo pau-de-arco, que serve aos índios para arcos, ocapu para fazer casas). Destaca a árvore mangue, que cresce no lodo e dentro da água.

Entre as outras plantas notáveis João Daniel fala da andirobeira, por ser "árvore abençoada, porque serve no Amazonas para o mesmo que as oliveiras na Europa" (I,493), e jenipapo, que serve para "coronhas de espingardas e para varas, ou varais de caruagens" (I,494). Outras árvores mencionadas e descritas são castanho, ambaíba, sumaumeira, taboca, angélica, cajazeira, tombo. Termina mencionando a existência das "árvores pestilentas".

Além das árvores são apresentadas neste tratado também outras plantas: cipós e ervas, principalmente tajás "nome genérico para todas, e quaisquer ervas de folhas grandes que brotam da raiz, ou logo à flor da terra, e não da haste ou mais ramos" (I, 501). Entre outras ervas mais notáveis do Amazonas ele menciona erva de azougue "cujas folhas têm eficácia de converterem o azougue em prata" (I,505), ginseng, fava-de-santo-inácio, pau-de-água e matapasto.

As palmeiras são "árvores mais admiráveis dos dilatados matos do rio Amazonas" e ressaltando a sua diversidade João Daniel joga com a palavra: "há muitas espécies de palmeiras, mais do que as palmas das mãos, e mais do que os dedos das

palmas” (I, 513). Descreve várias espécies, como a palmeira de cocos, trafolim, mualá, mucho, ambalacata, tucumã, entre outras.

O Tratado Quinto da Parte Terceira tem caráter de abecedário. Mas há elementos metanarrativos que não existem nos textos enciclopédicos desse tipo, como as referências a situação em que o texto é escrito, entre outros (I,529, 547, 573). João Daniel relata em ordem alfabética os ”haveres e gêneros” do Amazonas, entre eles, muitos daqueles já descritos anteriormente. Fala também dos produtos potenciais, como açúcar. São constantes comparações com os mesmos frutos ou produtos que há na Ásia (I,531). Mas tudo na Amazônia é mais abundante do que na Ásia, e o que tem lá têm também aqui (I,546). O autor enfatiza, muitas vezes, a importância que a importação dos produtos amazônicos pode ter para a Europa (aqui se manifesta um certo eurocentrismo, por exemplo na p. 566). Dá muitas informações práticas, por exemplo como aproveitar a casca de tartaruga (I,572) ou receitas culinárias (I,565). A preocupação ecológica se manifesta quando elogia os espanhóis por não cortarem as árvores para extrair o óleo de copaíba, como fazem os portugueses (I, 534).

No último tratado desta parte João Daniel relata mais de 50 diferentes tintas naturais do Amazonas, extraídas de plantas, barro, insetos etc. Logo no início diz que só vai apontar as tintas de que se lembra, e que não são poucas, uma vez que está enterrado e não se pode informar (I, 582).

## CAPÍTULO V

### O clima na Terra da Promessa

A experiência da vida na Amazônia contraria a especulação dos filósofos que consideram inabitável a zona equinocial do mundo. Os ventos e as águas fazem com que o Amazonas tem o clima mais temperado e saudável do que a Europa. Só as suas cabeceiras conhecem o frio, especialmente na região das cordilheiras, nas vizinhanças de Quito. Uma perpétua primavera, dividida apenas em duas estações, a das chuvas e a de falta das chuvas, orvalhos e ventos gerais. A bondade do clima faz felizes os seus moradores e é apreciada também pelos europeus. Se em algumas partes o clima é menos sadio, se há doenças e epidemias de bexigas e sarampão, a culpa é de falta das providências dos moradores, „ou porque bebem das águas enlodadas do Amazonas, ou porque assistem, e moram sobre lagos, e na sua vizinhança, onde a água ou é menos pura ou alguma coisa encharcada; ou por causa dos pântanos que tem ao pé de si” (I,79). Algumas das povoações que antes eram doentias, „depois que tiveram a providência de mandarem cortar, e limpar os matos, que impediam os ventos, com a frescura destes, já ficaram muito mais aprazíveis e sadias” (I,80). O autor também levanta a hipótese de que as epidemias podiam ter começado com a vinda dos negros.

Em outro lugar João Daniel ressalta a fertilidade da terra e a bondade do clima com que o Amazonas ”é quinta, é jardim, e é floresta sempre alegre, sempre verde e sempre [florida], de modo que quem quiser conceber o devido [conceito,] a idéia da América, há de considerá-la sempre em uma perpétua primavera de flores, e frutos” (I,410). A bondade do clima resulta da sua homogeneidade, uma vez que só tem a primavera e só verão e a diferença ”que há entre o verão e inverno consiste só em chover neste, e não naquele tempo: porque os calores são os mesmos, como também a



pompa das árvores, e a fecundidade da terra” (I,410). Refere-se a um autor que por essas razões chegou a considerar a América um lugar do paraíso bíblico. João Daniel considera um exagero comparar a América com o paraíso, mas segundo ele o estado do Amazonas e Grão-Pará se assemelha a “uma bem cultivada quinta, a um bem adereçado jardim, ou a uma bem vistosa, e alegre floresta” (I,410).

## CAPÍTULO VI

### Viventes das águas

A descrição dos peixes do Amazonas „os mais principais e menos conhecidos na Europa”, começa pelos peixes anfíbios, destacando o homem marinho: „merece pois o primeiro lugar o homem marinho, por ser o homem de todos os viventes sensitivos o mais nobre”. Cita vários relatos das testemunhas, pois „que há homens marinhos o tem mostrado por vezes a experiência” (I,119). Cita também duas fontes bibliográficas: o livro *Divertimento erudito*<sup>6</sup> e o livro de ”Feijó no 6 Tom. *Discurso 7*” (I,120). Este endereço bibliográfico nos leva a obra de Fr. Benito Geronimo Feijoo, *Theatro Critico Universal, os Discursos vários em todo gênero de matérias, para desengano de errores comunes*, Madrid, 1738. Justamente no Discurso 7, do tomo 6, nas p. 236-250, o autor fala dos homens e mulheres marinhos, referindo-se aos autores da Antiguidade como Plínio, Eliano e Pausanias, bem como autores modernos (Belonio, Lilio, Giraldo, entre outros), e também cita alguns casos em que tais homens foram vistos.

O segundo lugar entre os anfíbios, na classificação de João Daniel ocupa o jacaré: „É o maior lagarto que há no mundo, capaz de investir, e intimidar ao mais robusto gigante. Dizem que o jacaré é a pior cousa, que cria o Amazonas; mas eu diria que é o monstro mais proporcionado de tanto rio grandeza” (I,121). São temidos como apreciadores da carne humana e João Daniel conta algumas histórias de arrepiar. Uma delas tem o *happy end*, a história de um menino que saiu do ventre de um jacaré (I,122). A história de um passarinho que serve de palito ao jacaré é uma bela narrativa (I,122). Apesar de serem os maiores inimigos do homem, os jacarés fazem lhe alguns bons

---

<sup>6</sup> João Daniel só cita esse título, referindo-se certamente ao livro de Fr. João Pacheco, *Divertimento erudito para os curiosos de notícias históricas, nescolásticas, políticas, e naturaes, sagradas e profanas, descobertas em todas as idades, e Estados do mundo até o presente*, Lisboa, 1734.

préstimos. Seus dentes são um excelente contraveneno para todos os venenos, e o autor conta duas histórias que comprovam a sua eficácia. Também a gordura de jacaré é „aprovado remédio para papa-terras”, índios do Orinoco, como testemunha o padre Gumilha<sup>7</sup>. Fala de várias espécies de jacaré, de uma cuja carne é apreciada até pelos europeus, dos ovos apreciados pelos índios. Ressalta a bravessa dos índios nas lutas com jacarés e a sabedoria que lhes permite se salvar dos perigos. Conclui que se não fossem os próprios jacarés comerem as suas crias e os índios não apreciarem os seus ovos, „o Amazonas, e mais rios se fariam inabitáveis” (I,127).

Outros anfíbios apresentados são os camelões, „feios, mas muito inocentes”, „célebres pela sua tão medicinal pedra”, um ótimo febrífugo, e que variam as cores (I,129).

Outro anfíbio notável é a tartaruga jurará, cuja descrição se concentra nas suas propriedades culinárias, tão apreciada que seja a sua carne („De cada tartaruga fazem sete ou mais menestras diversas”, aqui descritas todas com a sabedoria), bem como a manteiga, „como a de vaca”. Descreve a maneira como põem ovos e como são apreciados e procurados pelos índios. Comem pouco, nem como os anacoretas do deserto e podem servir de exemplo aos comilões „que não podem jejuar uma quaresma” (I,132). São inocentes, mas têm muitos inimigos, o maior dos quais é o homem branco. Assim o autor reconhece a ameaça de destruição que vem com o europeu (I, 134).

São „dignos das história” anfíbios castores (I, 134). Constrõem casas sobre os rios e lagos „com claro juízo e discurso” (I, 135) e parecem menos brutos do que os homens.

Apresentando 30 espécies dos peixes da „república aquática”, João Daniel confessa: „ainda não disse nem o dízimo das espécies diversas que cria o Amazonas” (I,

<sup>7</sup> João Daniel se refere à obra do Pe. José Gumilla, *El Orinoco ilustrado*. Madrid, 1745.

148). Entre as espécies apresentadas chama a atenção especial ao boi marinho (peixe-mulher), peixe-piraíba (um dos „mais gostosos“), tubarão, pirapitinga, mapará, poraquê (chamado também torpedo, peixe elétrico). Alerta dos perigos das picadas de Bagre e arraia, bem como do peixe baiaco que „se faz digno de história, ao menos pela cautela. É tão pestilente, que mata aos que o comem, não sendo bem cozido” (I, 146). Além da descrição dos peixes, João Daniel apresenta também suas características de espécie, lugar onde aparecem (muitos são também espécies marinhas e aparecem onde o rio Amazonas se mistura com o mar), sua pesca e, em particular seus valores alimentícios e comerciais. Referindo-se ao comércio de peixe em outros países faz críticas a venda de peixe morto praticada na Amazônia e apresenta as instruções para introdução de comércio do peixe vivo, transportado nos tanques (II,297-300). Manifesta-se contra a pesca predatória, propõe a proibição ou a limitação de produção de manteiga de ovos de tartaruga e fala da necessidade de preservação de boi marinho (II,305). Aconselha também que as tartarugas, em vez de serem amontoadas em currais, sejam criadas em viveiros onde ”não só tenham água suficiente para beberem, e nadarem, mas também tenham que comer, e comodidade para procriarem” (II,301).

---

## CAPÍTULO VII

### Viventes dos ares

Neste capítulo – „Da caça altília do rio Amazonas” – João Daniel „dá notícia” das principais aves, por viverem nas suas praias “participando do seu peixe”, por “terem com o peixe alguma comunicação, e parentesco”. Além das descrições das aves, a começar pela ema („o maior volátil que cria nas suas campinas o Amazonas”, I, 152), destacando a sua beleza, o modo de viver e se alimentar, o autor apresenta também os modos de caça, de domesticação e o seu valor nutritivo, bem como o medicinal. Gosta de chamar a atenção às curiosidade, como por exemplo à forma de águias „provarem se seus filhos são legítimos ou adulterinos” ou falando de águia de duas cabeças: „Falta aqui a águia de duas cabeças, que há na América, e de que trata Feijó no tomo 6, *Disc.* 5, folha 195, cujo cadáver se remeteu na Europa no ano de 1723” (I, 153). Aqui chama a atenção não só o fenómeno relatado, como a precisão da referência da fonte bibliográfica<sup>8</sup>. Depois da águia apresenta o pássaro tijijiê, “da grandeza de um grande carneiro”, que põe “nos seus ninhos a pedra verde de que usam muito os índios, que nós chamamos neufrítica” (I,154). Anhuma, chamado também caintau pelos índios “é um dos mais célebres pássaros do Amazonas, digno de andar na histórias”. Um dos motivos da sua estimação é “ter na testa uma ponta, como unicórnio, redonda, e de tamanho de pau de dentes, e dele se servem naquelas terras alguns, em lugar de pálitos pelo préstimo de ser contraveneno” (I,155).

---

<sup>8</sup> <sup>1</sup> ”Apenas hai en España quien en tengo noticia de cadáver de Aguila de dos cabezas, que vino de La America El año de vinte e três, y se conserva em la Real Monasterio de Escorial” – FEIJOO, Benito Geronimo Fr, *Theatro Critico Universal, os Discursos vários em todo gênero de matérias, para desengano de errores comunes*, Madrid, 1738, t. 6, p. 195.

Ao falar do gavião acangoera („o mais formidável do Amazonas”), da semelhança da sua cabeça com a humana, da sua ferocidade, João Daniel conclui: „são as verdadeiras harpias de que fala, e que descreve Virgílio”. Dá destaque a urubo e sua família, como urubutinga, cuja „cabeça é própria de um frade que usa de cercílio (...), uma cabeça de carmelitano, e mercenário com coroa e cachaço rapado” (I,156).

Dá especial atenção aos patos e sua família diversificada. A começar com humor: „Vamos agora a patinhar com os patos, e divertir-nos um pouco com a sua variedade, visto que não podemos gostá-los no prato” (I,158). São bonitos, fáceis de serem domesticados e saborosos e sociáveis como os marrecões „que amam muito a sociedade, e raras vezes se verá um só” (I, 159). Os moradores de Marajó têm nos patos „um defectível açougue com tanta facilidade” (I,159).

O papo do pássaro mutum tem „virtude para desfazer a pedra da bexiga, e rins, nos que padecem de agudas dores deste mal” (I, 161).

Jacumim, ave muito estimada pelas suas plumas e facilidade de se domesticar, „acompanha a seu senhor, a quem faz muita festa, quando vem para casa, saindo lhe ao encontro, e chegando ao pé dele se humilha mais que um escravo, abatendo o pescoço, cabeça, e bico até o chão, e dando-lhe as boas-vindas com a sua cantilena, e grasnido” (I,161).

Prosseguindo a apresentação dos pássaros do rio Amazonas, João Daniel destaca acauã, que „peleja com as cobras e dragões” e tem fama de profeta (“pois afirmam que sempre que canta em casa, ou ao pé dela, há sempre alguma novidade”, I,164); guarás, admirando a sua mudança de cores e a cor escarlate; tucano, destacando a galanteria de suas penas e bico; várias espécies de arara e papagaios, famosos pela „sua linguagem”, mansidão, lindas cores, por serem divertidos (especialmente anacã) e tendo amor aos seus donos. Às garças, bem-te-vi, mergulhões, maçaricos dá menos atenção. Fala da ave

anum prevenindo os comilões por ser nociva a sua carne. Às andorinhas dedica uma bela narrativa sobre a sua luta com o gavião (I, 178), e estranhando que dos ninhos das andorinhas tão apreciados na Ásia, na Amazônia que as tem tantas, ninguém se aproveita (I,179). Ao final fala da beleza e singularidade de pica-flor e do pássaro tem-tem, uma pequenina ave que por seu canto „toda é voz” (I, 181).

Embora os capítulos em que João Daniel apresenta os viventes dos ares seja intitulado ”Da Caça altília do rio Amazonas”, ele fala muito menos dos pássaros como objeto de caça e de sabores da suas carne, e mais da sua beleza, diversidade das espécies, suas diversas capacidades. É significativo também que o número dos pássaros apresentados é quase igual ao dos peixes.

## CAPÍTULO VIII

### Viventes da terra

Descrevendo a "caça terrestre", João Daniel dá o primeiro lugar a anta por seu „delicioso gosto nos banquetes" e por ter "nas histórias as primeiras atenções com o nome *gran bestia*" (I,183).

Os destaques são onças e macacos.

Onça é „a das mais ferozes e bravas feras do Amazonas", que „nem a animais, nem a racionais teme, acomete intrépida ainda a maior gigante" (I,184). O autor apresenta diversas espécies desse animal, sua luta com jacarés e com leão, bem como é caçada pelo índios.

Descreve diversas espécies de macacos ressaltando a sua semelhança com os homens e algumas suas propriedades admiráveis como a dos macacos guaribas „que cantam com tal bela ordem e com tal regulamento, que parecem frades a cantar, e salmear em coro" (I,200). Entre as propriedades dos macacos em geral destaca de „sempre viverem em comunidade" (I,205), „o grande amor que tem aos filhos (...) e a grande caridade natural, e providência para com os velhos" (I, 205), e „a lembrança e natural piedade, instinta pela natureza dos seus defuntos" (I,206). Comparados com os macacos, os homens nem sempre se saem muito bem: „e talvez que tenham entre si maior união de vontade, e conformidade de afetos junto com Oconomei, do que muitas vezes têm os homens!" (I,207).

O tamanduá é „um dos animais mais galantes da América, a quem os castelhanos chamam *hormiga león*". Se assemelha aos „soldados desta era, que no tempo da paz blasonam os valentes, como leões (...), porém no tempo da guerra (...)



vêm-se abarbados, e desmaiados de medo“, apesar de ter muita força e ser capazes de matar „colhendo no braços alguém“ (I, 192).

Os animais muitas vezes servem de exemplo aos homens, como arminho, „símbolo da limpeza, e protótipo da pureza“, que prefere perder a vida do que manchar. „No que dá um raro documento, e exemplo aos meninos, e meninas bem-educados, que ainda que os matem, escolham antes o morrer virgens, do que macular a sua pureza no feio, e impuro lodo de alguma ação menos decente” (I,197).

Não é só com o instintto que vivem os animais, mas também com a arte: „Não é menos notável o instinto, e arte, com que os bichos chamados maritaca iludem os caçadores, e seus contrários. Tanto que se vêm seguidos, e perseguidos dos cães, lhes largam uma flatulência tão fetida (...) que os faz logo cair para uma banda desmaiados“ (I, 197).

## CAPÍTULO IX

### As pragas

Ao começar a relação das pragas do Amazonas João Daniel justifica a sua presença lembrando que também no Paraíso Terreal "houve uma serpente venenosa". Entre as „pragas mais especiais” a primeira atenção merecem os pequenos insetos, mucuins. Uma das suas espécies tem veneno que mata sem remédio, „mata não só com mordedura, mas com o contato do seu mortífero humor”. Como esta praga é rara no rio Amazonas, o autor cita como a fonte o *Orinoco ilustrado* do Pe. José Gumilla (I,211-212).

Relaciona em seguida tais pragas do Amazonas como tombura, „a que os portugueses chamam bichos-de-pé”, bernes, bicheiras, baratas („no Amazonas é tal a sua multidão, que parece serem aquelas terras a sua própria terra, e amada pátria” (I,215), bagre que come os livros e os papeis e é capaz de destruir as livrarias inteiras.

Da praga volátil do rio Amazonas os mosquitos ocupam o primeiro lugar („são nuvens, e nuvens estes voláteis” (I,219). O autor descreve as suas espécies mais pestilentas: meruins („quem mais o paga são pobres índios remeiros”, I,210), piuns („tanta é a sua peçonha, que deita a muitos na cova” (I,220), moroçocas cuja peste está só na picada, porque não são venenosas, e carapanã, praga de todo o Amazonas, que assalta de repente, sem avisar, como fazem os da Europa. Das moscas menciona varejas e mutucas, destacando a mutuca verde, que „se deviam procurar fazer domésticas” por serem temidas das outras moscas (I,225).

Entre as vespas, uma espécie das piores são cabas, que causam „agudas dores, que fazem ver as estrelas” (I,228). João Daniel descreve várias espécies das cabas: tatu caba, topi caba, cabas negras. Fala também de muitas espécies de borboletas, os voláteis

mais inocentes, muito estimáveis pela sua beleza, sustento e regalo para muitos pássaros. Os índios, tão propensos a agouros, também os tem com as borboletas, acreditando que elas anunciam hóspedes. O pior inômodo é „acudirem de noite à luz, enamoradas da sua beleza, ou invejosas da sua formosura (...) mas como a inveja é o maior verdugo dos invejosos, às suas mesmas mãos morrem infeizmente, porque só uma desgraçada morte é pena proporcionada, aos que invejam luzes alheias” (I,229). Esta, como tantas outras descrições da natureza, João Daniel aproveita para extrair uma moral. O seu olhar reúne as atitudes do cientista e do autor de fábulas.

Ao acabar a descrição dos exemplos das pragas voláteis, „para que a descrição de tantas sevandijas (...) não nauseie o gosto dos leitores”, João Daniel termina com a descrição das abelhas „que só elas sobrepujam para adoçar, e dulcificar os dissabores, que os mencionados voláteis costumam causar” (I,230), e a abundância do seu mel excede a mesma Terra da Promissão. Fala de várias espécies de abelhas: iraçú (para tirar o mel delas é preciso cortar a árvore), tocana ira (que parece a bico do tucano) e uma espécie cujo nome João Daniel não se lembra, e cujo cortiço é a terra.

Das sevandijas terrestres do Amazonas João Daniel destaca os carrapatos, várias espécies de aranhas, lagartos, lacraias ou escorpiões e sapos.

Entre as aranhas destaca uma espécie cujo nome desconhece („não achei quem mo disse”), que se desfaz em finíssimo fio, bastante forte, como do bicho-de seda. Entre as lagartas destaca osga, muito doméstica, que „canta por modo de osga”, cuja picada é tão venenosa que mata. Ao falar da praga dos escorpiões menciona, que um dos melhores contravenenos dos lacraios são os mesmos „machucados e postos na parte picada (é remédio eficaz, porque em mim mesmo o experimentei)” (I, 236).

Ao falar dos sapos, inumeráveis e pestilentos, João Daniel chama a atenção a suas duas espécies – canuaru e mocotó. Caruaru tem „uma vozeira, como a de um

valente bezerro” e o mocotó tem a voz tão triste „que parecem gemidos das almas do purgatório” (I, 237). Fala da pedra „que muitos dizem criam os sapos na barriga ou na cabeça e sem dúvida, que tem rara virtude medicinal para descobrir o veneno”. Como o exemplo que comprova essa virtude é relatada uma história do Carlos VI no colégio dos jesuítas de Coimbra (I,238). É citada e refutada a opinião do Dr. Curvo que questiona as propriedades dessa pedra<sup>9</sup>.

Falando das outras pragas o autor do *Tesouro* dedica o capítulo inteiro às formigas. Considerando as uma das maiores pragas do Amazonas, reconhece também e admira as suas capacidades e qualidades, chegando a compará-las com a população daquela terra: „antes se pode dizer que tanto mais são preguiçosos e inertes os seus habitantes, como diligentes, e bem governadas as formigas, cuja república não tem inveja às mais bem governadas, e políticas do homem” (I,239). Defende inclusive a idéia de que elas tem discurso e não só instinto. Aponta algumas das mais notáveis espécies, como topiaí (gigantes, destemidas), toncaguiras („bem apessoadas”), saúvas (a maior praga do Amazonas, destroem árvores, arruínam casas), formigas de fogo (chamadas assim pelo efeito que causa a sua mordedura), uma espécie preta que habita nas árvores assim que nassas árvores não aparecem saúvas e as formigas doidas (por serem doidas por doce). Formigas servem também de alimento aos índios e galinhas, bem como aos pássaros. Nem todas são daninhas, observa no final João Daniel (I,244).

Prosseguindo a matéria das pragas do Amazonas, João Daniel fala das formigas chamadas cupi, que vivem nas árvores e fazem carreiros em que se escondem dos pássaros e dos índios que os comem. Destroem tudo quando entram em casa, inclusive roupas e pipas.

---

<sup>9</sup> Ceramente João Daniel se refere a João Curvo Semmedo, autor do livro *Observações médicas, doutrinais de cem casos gravíssimos*, Lisboa Occidental, 1741.

Falando das outras pragas João Daniel cita turu, minhoca de água, que é uma peste das embarcações, mas os índios e ainda muitos brancos fazem delas „pratinhos de muita estimação“ (I,247). Cita também lombriga (causa de muita enfermidade), cobreiro (uma espécie de doença, que se duvida se é bicho, se lombriga, ou se é algum mau humor, I,248), e uma espécie de cobreiro mais perigos „cujo nome não me lembro, mas o poderão ver os curiosos no padre Gomilha, aonde o descreve com as suas propriedades, de que eu não estou bem lembrado, talvez porque dele nunca tive experiência no rio Amazonas, sendo comunicável com o Orinoco, onde é mais conhecida essa doença (...). É como um cabelo, ou veia fina vermelha, a qual principiando em uma parte do pé, vai crescendo...” (I,249). Mais uma referência a *Orinoco ilustrado* do Pe. José Gumilla, uma das mais importantes fontes bibliográficas do *Tesouro*, que João Daniel deve ter lido com muito cuidado antes de ser preso.

No capítulo 28 João Daniel descreve algumas espécies das cobras, „a maior praga que criam as matas do rio Amazonas”, entre outras cobra coral, paraoubóia, ararabóia, jabotibóia, caninana, jararaca, cascavel, surucucu, cobra de duas cabeças, jibóia, surucuju, mãe-d’água. Cobra coral é „talvez mais linda”, mas ao mesmo tempo „tão venenosa que logo mata a sua picada”. Descreve principalmente os perigos que as cobras representam. Destaca jibóia, „uma das cobras mais celebras do Amazonas”, descrevendo com detalhes como ela caça e digere as suas vítimas. Nem lembra todos os nomes, como o da cobra que chama „cobra de atrair”, que „deita um tal hálito, que vem a presa atraída a meter-se-lhe na boca” (I,255). Para diminuir o impacto de tantos perigos que representam as cobras, o autor conclui que o Amazonas ainda não tem dragões de asas como o desertos da Líbia e que „ainda não é tão infestado e pestilente nas suas pragas, como são outras regiões” (I,256).

Para que os leitores não deixem de procurar o grande tesouro descoberto no Amazonas „por medo de tão pestíferas pragas”, João Daniel mostra neste capítulo como também o grande rio é rico e „abundantíssimo de muitos e eficazes contravenenos” (I,257). O primeiro antídoto é „universal remédio contra todos os venenos”, ou seja „uma cordial devoção ao venerável padra José Anchieta (..) cuja santidade chegaram a venerar as feras dequeles matos” (I,257). São também eficientes como contravenenos o dente de jacaré, „fava de Santo Inácio”, pedra de cobra (pedra ou algum asso da sua cabeça, muito rara), a triaga humana, lavagem do vaso feminino (que faz vomitar os mordidos e expelir o veneno), ossos do pássaro acauã e a ponta do pássaro nhuma. Na falta de acesso a esses remédios, recomenda chupar „com a mesma boca a parte mordida” (I,260). Refere-se a sua própria experiência de assistir os índios falando da pedra na cabeça da cobra que mataram (I,259). Tal pedra, muito rara, posta na ferida atrai o veneno da picada da cobra.

## CAPÍTULO X

### Os índios

Ao começar, na Parte Segunda da obra, “alguma notícia dos índios seus habitantes, da sua lei, vida, polícia e costume”, João Daniel destaca a sua valentia e a força física. Afirma que „são gente também”, o que acha importante ressaltar, uma vez que haja europeus de opinião contrária. Fala do mau tratamento dos índios pelos espanhóis e de abusos do sexo feminino (se não são gente é crime de bestialidade e se são gente é crime de homicídio, I, 264). Fala da beleza dos meninos e das mulheres (“a formosura não consiste nas cores” I, 265). É de opinião que os índios são descendentes dos judeus e um dos argumentos é de não comerem a carne do porco selvagens e só do porco domesticados.

”Porquanto que vivem em povos, e repúblicas (...) os naturais pouco se diferenciam dos bichos” (I,269). Fala do grande respeito aos velhos e, especialmente às velhas, da veneração que tem aos seus contos, que são passados de uns a outros, entre outros os do dilúvio e da vinda do Apóstolo São Tomé, dos homens se fingindo com dores das mulheres paridas (I,271), dos ritos de iniciação dos meninos e meninas, dos homens sofridos no trabalho que podem remar a canoa até os meses.

Ressalta o desprezo que os índios têm pela riqueza, falta de vício e ambição, o que sendo uma rara virtude entre os homens, faz também ”perderem-se entre eles os estimados cacaos, cravos salsas preciosos bálsamos, prata, ouro e diamantes” (I,274).

Fala da alimentação, da fabricação dos pratos, das festas e dos instrumentos, gaitas e tamboris, que deixam como herança aos filhos, do seu amor aos cachorros, assim como aos filhos (I,278), dos colares dos dentes dos homens comidos, que as mulheres usam, do modo de acender fogo e da construção das casas.

”O costume muito universal entre os índios é banharem-se ao menos três vezes ao dia” (I,281). João Daniel fala dos lavatórios saudáveis para os quais a água parece estar convidando.

Índios vivem ”sem leis ou à lei da natureza e como feras do mato” (I,281), e, como todas as nações, mesmo as mais polidas, tem os seus vícios. São três principais: o da carne, o das vinhaças e beberrias e o de comerem carne humana. Porém fala de algumas leis, como a de recolhimento das filhas antes de casarem e a de castigarem com a pena de morte o adultério – que acha louváveis. Fala dos maridos ciumentos que matam mulheres. Mas há também entre os índios os bons costumes como o de educarem bem os seus filhos batizados e viverem segundo as leis do matrimônio. Entre os mártires da fé há também mulheres, como uma chamada Esperança (I,283). Reclama a lei para que „todo que maltratasse a sua esposa ... fosse rigorosamente devassado” (I,283), para que não só as mulheres fossem castigadas.

”Não há festa, nem banquete, nem função alguma, em que não entre Baco” (I,285). Fala como fabricam as cachaças, das festas, das cerimônias regadas de álcool, como as em que sangram as meninas quando aparece a primeira menstruação.

”Um dos efeitos da bebedice é a vingança” (I,290), paixão dominante nos tapuias. Para se vingarem usam refinados venenos. Entre os venenos mais notáveis do Amazonas João Daniel destaca tucupí, bururé e erva do rato. Fala dos efeitos e da fabricação (pelas mulheres velhas, que pagam com a vida, morrendo pela pátria) do veneno bururé (curare) usado nas frechas. Fala também dos contravenenos, como suco da raiz da mandioca contra tucupí, a pedra de sal ou um torrão de açúcar contra bururé.

”Tem muitos outros venenos os índios do que frequentemente usam, porém não me lembram os nomes, e por isso os deixo para o quem mais informado deles os quiser descrever” (I,294).



Outro traço do caráter dos índios a que João Daniel dá uma importância particular é a ingratidão aos seus missionários, ”que tratando-os como a filhos, já em os ensinar a Lei de Deus já em os tirar do meio das feras, em os vestir, curar nas enfermidades... contudo são os mais mal servidos” (I,295). São contadas várias histórias como exemplos desta ingratidão.

O índios ordinariamente não fazem serviço ou bem algum senão por medo. A melhor persuasão para chegarem a doutrina é a palmatória nos meninos é a prática mais eficaz para irem à missa os adultos é o castigo da cadeia ou do pau. Os mesmos índios conhecem que este é o melhor modo de os tratar, reger e governar (I,299). O autor dá vários exemplos para comprovar essa tese.

Também são sumamente tenazes e misteriosos nos seus segredos sabendo muitas virtudes admiráveis de ervas, arbustos e plantas medicinais com que algumas vezes curam doenças e males gravíssimos e por modo nenhum os descobrem aos brancos (I,301). Aqui também o autor dá vários exemplos, conta várias histórias.

João Daniel descreve o ritual antropófago, considerando-o „o mais brutal e ferino vício, e o mais bárbaro e abominável abuso que têm não todas, mas algumas nações dos índios do Amazonas” (I,305). São mais vorazes do que os animais, que não comem os da sua espécie. Ressalta a coragem das vítimas, comparando a com a dos mártires, embora não podem ter a esperança de prêmio no céu. Há uma descrição bem naturalista do banquete antropófago.

Tratando dos resgates dos índios condenados a serem mortos e devorados, João Daniel apresenta a idéia inicial que na época do Pe. Antonio Vieira deu origem a essas ações, de como funcionavam, e como depois foram desvirtualizadas, servindo para escravizar os índios, até a proibição de tropa de resgates no ano 1775. Já antes o D. Pedro proibiu a tropa de resgate, „julgando por menos mal se índios se comessem uns

aos outros, do que fazerem-se tantos e tão injustos cativeiros, com a capa de os resgatar” (I,313), mas os portugueses insistiram que ainda conseguiram a tropa. Fala que já em 1680 houve decretada a liberdade dos índios, mas sem efeito prático, e que os jesuítas foram duas vezes expulsos do estado „por acudirem pelos índios contra a injustiça dos brancos” (I,315).

As guerras sempre foram praticadas por homens, sucedem em republicas mais bem governadas, tanto mais sucedem entre os índios do Amazonas que vivem a lei de natureza, sem Deus, sem Lei e sem Rei, conforme a vontade de cada um (I,317). Causas são três: apetite de se comerem uns aos outros, por indução dos brancos para lhes venderem os que apanham ou „por causa de se apanharem uns aos outros as mulheres“ (I,317). Há descrição detalhada das armas (arcos). As pazes com os índios foram feitas por diligência dos jesuítas (Anchieta, Vieira e outros).

A lei dos índios é a de Epicuro e dos ateus. Mas entre europeus há muitos que vivem como eles. No México e Peru há ídolos, mas no Amazonas não consta, afirma o autor, a adoração dos ídolos. Porém, o Sol e a Lua são adorados – um caso desse o próprio autor havia presenciado no rio Tapajos (I,322). Também há casos de adoração dos ídolos, e do diabo, que se revela nas danças, em forma de curupira. Por isso, contrariando a sua própria afirmação, João Daniel chega a dizer que os índios são ”na verdade verdadeiros idólatras” (I,322).

A fé dos índios batizados é „como fé morta e pouco firme” (I,327), e não só por ser a fé sem boas obras, como a dos brancos, mas „pouco firme, pouco viva, e intrínseca no coração e radicada na alma” (Ibid.). Desta pouca fé nasce pouca obediência e pouco medo às espadas da igreja (excomunhão), bem como nos europeus. Pouca reverência aos sacramentos (confissão, comunhão). Alguns missionários querem privar os índios dos sacramentos, mas João Daniel os defende dizendo que a fé dos europeus é

semelhante e não são privados dos sacramentos. Diz também que há exemplos das virtudes heróicas entre os índios. Geralmente assistem a missa mais por medo de castigo do que por desejo do seu bem espiritual. São muito afeiçoados a música que é o melhor imã para atraí-los a igreja. Ensino da música é dificultado pelas repartições, por isso são os meninos e as meninas que cantam. Para paroquiar os tapuias é preciso: exemplo de vida, o respeito (ao pároco), o castigo para temor, pregar a fé também pelos olhos (exibições, quadros), praticar a música e uma "ardente caridade" nas doenças dos índios (I, 333-5).

Como que ratificando as suas afirmações anteriores, João Daniel Diz que em ritos que parecem adorar Sol, Lua, pedras e corpos dos seus progenitores os índios não são totalmente idólatras, porque não reconhecem nessas criaturas divindade alguma. Os adoram pelo que eles são em si. Não têm templos nem sacerdotes. Os pajés são apenas os que tem poder superior para os castigar e curar; são os feiticeiros que fingem poderes excepcionais (por exemplo, que falam com diabos) para serem temidos e respeitados. Uns pajés curandeiros curam com ervas ousorando, lambendo). Os seus infortúnios os índios atribuem também à ação dos pajés, que segundo João Daniel resultam apenas da sua aplicação das ervas venenosas que conhecem muito. Vivem nas choupanas escondidas nos matos, e abusam das filhas que os índios lhes entregam. Alguns missionários os desmascaram (I, 339-340).

João Daniel fala da grande habilidade e aptidão dos índios para todas as artes e ofícios, mas essa habilidade, segundo ele, se restringe a arte de imitação perfeita dos artefatos, originais ou cópias. Porém, „a grande preguiça que os acompanha” dificulta a exploração desses talentos.

---

É digno de admiração o senso de orientação que tem os índios, e que não os deixa se perderem no mato. Também são insignes pilotos pelos rios e pelo mar. Fala dos remos e da capacidade e técnica dos índios de remarem.

O costume dos índios de chamarem-se irmãos e tios é, segundo João Daniel, a „urbanidade que devia ser imitada” (I,346). Ele considera „notável” o grau da sujeição que têm as mulheres a seus maridos. Conta história de um índio que ia enforcar a sua mulher e ela estava concedendo. Sensível aos abusos contra as mulheres João Daniel cita a proibição que lhes foi imposta de não falarem a língua geral para não poderem se comunicar com os outros (I, 370).

Chama a atenção ao costume dos índios de comer terra, de pouco horror que têm da morte e de modos de se suicidarem, principalmete quando açoutados (I,347). Fala também de tipos de salva-vidas para serem usados no caso de naufrágio (debrum de leite de seringa, de penas).

Fala da grande fecundidade dos índios, da sua numerosidade no passado, da barbaridade dos portugueses, matanças, escravização, e da expulsão de Pe. Antonio Vieira e dos jesuítas em 1662, por ”acudir pelo bem e liberdade dos índios, opondo-se as tirânicas injustiças dos portugueses” (I,351). Cita uma carta de Pe. Vieira ao D. Pedro em defesa dos índios. Não se delonga porque „todas estas bárbaras injustiças e injustas desumanidades já andam publicadas nos livros, para os quais remeto os leitores” (I,352).

Entre os povos tão diverso do Amazonas, de tão diversas línguas, os incas, „nação mais culta”, chamam a atenção especial. João Daniel lembra a resistência do Nicolau I, imperador dos incas no Peru, e o papel ingrato e inglório que foi reservado aos jesuítas pelo governo.

„Mandou o governo por vezes religiosos a praticá-lo (Nicolau) e pacificá-lo, intentando com arte e destreza vencê-lo, visto não poder com armas: porque os religiosos só são lembrados nas empresas árduas, e para dulcificar e curar as feridas que abre a imprudência e perniciosa liberdade dos seculares; fora delas, não só são esquecidos, mas perseguidos” (I,354).

João Daniel denuncia também e critica a instrumentalização da fé e o papel colonizador da igreja, afirmando que „não são tão inseparáveis o governo espiritual e temporal, que não possa estar um sem o outro, e fazerem os ministros evangélicos a sua obrigação sem se meterem em razões de Estado, cujo direito fique livre aos litigantes” (I,355). Ele elogia a lei do rei português D. Pedro II, que mandou para Amazonas, recomendando a evangelização dos índios mesmo quando não se quisessem submeter ao seu poder. A atitude dos espanhóis no caso dos incas era diferente, e ele simpatiza com os incas contra os castelhanos.

João Daniel apresenta várias nações indígenas com as breves características dos traços distintivos da sua cultura, costumes, aspecto físico. Destaca curiosidades, como a dos cambebas, que formam as cabeças dos meninos entre as tábuas para ficarem chatas, ou outros, que fazem pés redondos (I, 378), ou da nação arapium, que nas suas festas bebem em seus vinhos os ossos dos mortos desfeitos em pó. (I,362).

Reconhece que os índios, como os da nação mura, podem ter motivos para odiar os brancos, que lhes „deram muita causa” para isso (I,360). Mas não tem piedade aos índios que ”desertaram“ das missões, e contando uma história desses índios que foram depois mortos e comidos pela nação inimiga diz: „castigo bem merecido por terem abandonado o grêmio da igreja e desprezado a santa fé católica” (I,3364).

Contando a história da resistência dos nheengaibas da ilha Marajó, sua cruel guerra de 20 anos com os portugueses, e a missão de Pe. Antonio Vieira, João Daniel diz que o que não conseguiram as balas dos portugueses „acudiram os missionários jesuítas com as armas do Evangelho”. Mesmo assim, a Companhia de Jesus, „que

conseguiu a paz nas maiores empresas dos portugueses em todas as suas dilatadas conquistas da Ásia, África, e América”, é odiada e perseguida pelo Estado (I,369). Fala da ingratidão dos portugueses em relação ao Vieira, que o expulsaram com todos os mais jesuítas „pela culpa de não quererem consentir nas injustas escravidões dos pobres índios, como queriam os portugueses, depois de os privarem de suas terras” (I,370). A expulsão foi o prêmio pelos serviços que resultaram na conquista dos índios: „O mesmo sucedeu com outras muitas nações, que só renderam vassalagem às Quinas de Portugal depois que os jesuítas os fizeram adorar as chagas do nosso Redentor, e alistar debaixo das suas bandeiras por meio do santo batismo” (I, 377).

Justifica as informações limitadas sobre os índios, falando do objetivo do seu livro: „Mas como o meu principal intento é não tanto descrever os índios, quanto as suas terras, não tanto em atenção à história natural, quanto às riquezas do inapreciável tesouro do Amazonas, basta esta sumária notícia das mencionadas nações, para que os leitores formem algum conceito das mais” (I,380). Mesmo assim, no capítulo seguinte fala ainda das doenças como resfriamentos, catarros, constipação, catarrões defluxionários, doença das bexigas e sarampão, bem como dos remédios, dos quais o mais universal são suadouros que fazem suar com os braseiros colocados por debaixo das redes. Fala também da necessidade de quarentenas para evitar contágios (I, 384).

Finalizando a Parte Segunda, João Daniel retoma o seu „principal intento” da descrição das terras e tesouros do Amazonas, a começar pela cidade do Pará (Belém), destacando a sua opulência e riqueza, fala das vilas e povoações dos brancos, tapuias mansos e das missões. Na maior parte dos casos cita os nomes indígenas das cidades e povoações, deixando em branco os nomes novos, que ainda não deve conhecer. Entre as vilas destaca Monte Alegre e a sua produção da cerâmica, a que as índias sabem dar o verniz que nada deve nada a melhor cerâmica chinesa. Dá conselhos aos futuros

missionários quanto aos lugares onde podem fazer descimentos dos índios (I, 398). Mostra um bom conhecimento de mais de dez vilas situadas à margem do Amazonas e seus afluentes. Reconhece a superioridade das missões espanholas, „muito populosas, por não terem as pensões das portuguesas na repartição dos índios aos brancos, e na ausência de suas casas” (I,400).

## CAPÍTULO XI

### A economia: situação atual

Na Parte Quarta do *Tesouro* João Daniel dá notícia "da maestria e indústria com que os seus naturais índios e europeus se utilizam dos seus haveres, agricultura dos campos, no benefício das terras, e na colheita dos seus gêneros" (II,13). No seu resumo dessa parte fala que ela assim como todas as anteriores só representa um preâmbulo ou prelúdio da Parte Quinta.

João Daniel considera a vida dos índios „selvagens” ser feliz, uma vez que "são mais bem afortunados os selvagens, porque não tem quem lhes perturbe a paz, nem lhes obriga ao trabalho mais do que eles querem" (II,14). Ao falar da agricultura indígena, aponta a sua ineficácia, pretendendo persuadir aos habitantes da Amazônia a grande vantagem que terão da nova praxe, que será apresentada na Parte Quinta (II,15). A descrição da situação atual serve para satisfazer a curiosidade dos leitores, mas sobretudo para mostrar que o grande potencial do Amazonas é aproveitado em grau muito pequeno.

As terras do Amazonas "depois de servirem uma só vez em um só ano, ficam totalmente inúteis a seus donos. E por isso os índios amiudamente largam os sítios, e mudam paragens buscando matas capazes de roçarem; e alguns o fazem todos os anos, assim os bravos do mato como os mansos" (II,18). A narração do processo de uma queimada é interrompida por uma digressão: „enquanto pois arde o fogo na mata seca“, o autor fala das circunstâncias e das inconveniências dessa praxe de benefício das terras para a agricultura (II,18-19).

João Daniel descreve as plantações de milho (maniva), observando que as terras do Amazonas por serem muito alagadas servem mais para milho e mais grãos do que



para a farinha-de-pau. Fala também das plantações de arroz, cacauais, milho, legumes, que se faz sem lavrar ou cavar as terras.

A agricultura no Amazonas depende dos escravos, diferentemente do que na Europa. Os brancos se acomodam a costumes dos índios na agricultura "por serem eles os mesmos operários dos brancos, e por isso trabalham a sua moda". Parte Quinta vai mostrar uma alternativas de tão alto custo da produção da farinha-de-pau e da economia amazônica em geral (II,33).

Esta síntese da agricultura do Amazonas ressalta a "necessita de muita escravatura" (II,37). A descrição detalhada de engenhos de açúcar e feitorias de aguardente apresenta as perdas por causa de falta de transporte público (II,45). Pe. Antonio Vieira já aconselhava que se pusesse no Amazonas pelo menos dois barcos públicos, mas até 1757 nada foi feito.

## CAPÍTULO XII

### Os índios que ensinam e que são escravizados

O objetivo dos missionários é civilizar os índios que „vivem como feras no mato“, mas eles também sabem ensinar os portugueses coisas, por exemplo como se faz a canoa. João Daniel descreve como os índios fazem as suas canoas, em que são mestres dos quais os brancos aprendem. Fala também da rara habilidade dos índios para todos os ofícios (II,48). A diferença entre o tratamento dos índios nas missões portuguesas e espanholas é grande. O autor faz grave denúncia ao tratamento dos índios pelos portugueses, para os quais as missões servem para escravizar e explorar os índios, e quando se tornam católicos ”são tratados pior que escravos” (II,58). É diferente nas missões espanholas onde ”não entram brancos europeus que obriguem e perturbem os índios católicos a seus serviços” (ibidem).

Mesmo que João Daniel reconheça as vantagens para os índios de se tornarem cristãos pelo ”grande prêmio no céu”, faz graves denúncias a exploração dos índios católicos, a instrumentalização das missões pelos colonos e civis, a escravização dos índios. Os missionários portugueses precisam os acariciar e mimar – uma forma de os enganar, porque depois de seu descimento e conversão serão explorados como escravos (II,58-61). ”Ah! Se bem se ponderasse quão grande obstáculo e empecilho são os serviços dos brancos à promulgação do Evangelho e bem dos índios” (II,59). Seria um absurdo obrigar cristãos novos na Europa ou Ásia e servirem os europeus, e como o não é para os índios do Amazonas? (II,59) – pergunta ousadamente João Daniel. É por essa ousadia que a Companhia de Jesus pagou o preço tão alto: ”Por acudirem pelos índios, foram os jesuítas por três ou quatro vezes levados fora daquele estado” (II,59).

Ao falar dos missionários, das missões e da repartição dos índios, João Daniel denuncia os abusos e a exploração dos índios, inclusive contra a lei que é boa, mas não observada. A diferença entre os missionários regulares (jesuítas) e clérigos (diocesanos) é que os primeiros administram as suas missões "assim no espiritual como no temporal" (II,66) e os segundos só no espiritual. Fala como gastam o seu dinheiro os jesuítas ("eles o gastam com as igrejas e com os índios como se fossem só administradores e não senhores", II, 67). Fala do ódio dos seculares aos missionários por eles defenderem os índios (II,68). Cita um ditado: quem vai ao sertão deixa a consciência (ibidem). Denuncia o comportamento escandaloso dos militares (II,73).

Na descrição das longas viagens dos sertanejos (de seis a oito meses) para as colheitas do sertão (cacau, cravo, salsa, manteiga de tartaruga), João Daniel denuncia a exploração dos índios obrigados a remar (II,80). Conta uma história em que um índio tinha matado um branco e comenta: „foi digna pena de sua crueldade" (II,92). Faz uma veemente crítica da insaciabilidade dos brancos (II,93).

De novo compara as missões portuguesas com as missões espanholas em que não há obrigação de os neófitos servirem aos brancos e remarem as suas canoas. A repartição nas missões portuguesas prejudica até a educação musical dos índios, que tanto os atrai. Logo depois de formados são obrigados a servir os brancos e remar as suas canoas. As missões espanholas onde não existe a repartição dos índios são mais prósperas e felizes.

Depois de descrever a criação do gado e o seu pastoreio no Amazonas, João Daniel chama a atenção a precariedade da pesca e a necessidade das medidas para o seu desenvolvimento. "É notável a falta de providência, e economia, que há no Amazonas sobre o peixe, porque não usam, nem há pescadores comuns, e peixe de venda, por cuja razão, sendo inumerável a multidão, e variedade de peixe, que criam aquelas águas (...)

vêm-se obrigados a ter cada morador seu pescador, ou pescadores próprios seus escravos” (II, 111). A criação de embarcações e de mercados públicos tornará dispensáveis os escravos e mudaria a situação do Amazonas, ”onde não basta ter dinheiro para passar bem, é necessário ter quintas, e ter escravos” (II,121). Denuncia a exploração dos índios pelos vendedores – ”resgates” (II, 123), a falta de escrúpulos dos brancos, bem como a ignorância dos índios (II,124), embora eles também sabem enganar os missionários (II,125). Fala da indústria com que os índios tiram fogo e fabricam a sua louça, da sua ”filosofia natural” (II,128) e de quanto os brancos deles aprendem (II,129).

## CAPÍTULO XIII

### Nova agricultura

Enquanto as primeiras quatro partes da obra descrevem o „tesouro encontrado“ e a sua exploração, a Parte Quinta do *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, considerada a principal pelo autor, apresenta os novos métodos do cultivo, da economia e da política social a serem implementados para o melhor aproveitamento desse tesouro e para que, conseqüentemente, o futuro seja a medida do potencial paradisíaco que o Amazonas representa.

Nas partes anteriores João Daniel quis mostrar a grandesa do tesouro do Amazonas e na Parte Quinta pretende apresentar novos, mais eficientes modos de sua exploração. Define o tesouro em oposição a sua noção tradicional:

O tesouro do que falo é a grande fertilidade das suas terras, as preciosas especiarias das suas matas, e as copiosas colheitas dos seus frutos, porque nos frutos da terra e bens estáveis consiste a mais estimável riqueza dos homens, e não nos ouros, pratas, e preciosas gemas (II,133).

Diante da fertilidade prodigiosa e condições de cultivo no Amazonas, a fadiga do lavrador europeu merece compaixão (ibidem). Mas a diferença das condições que o europeu encontra neste „labirinto das matas“, exige um conhecimento prévio para que ele não se perca, e esse conhecimento João Daniel quer compartilhar com o futuro explorador e morador do Amazonas. ”Nesta dificuldade pois, servirá de diretório a praxe que ensina esta Parte Quinta, com a qual não só se não perderão os novos colonos, mas se saberão utilizar para viver com fartura, e para enriquecer com brevidade” (II,135). Sem se referir diretamente ao *Diretório* pombalino, João Daniel

sinaliza claramente a sua intenção polêmica em relação ao documento que impôs as medidas que puseram fim a prática missionária jesuítica no Amazonas.

No Tratado Primeiro da Parte Quinta, antes de apresentar a nova praxe que se deve observar na agricultura e na economia do Amazonas, João Daniel dá uma síntese da economia antiga:

- cultivo caro da mandioca;
- embarcações próprias;
- a falta de barcos comuns, e falta de escravos para precisa serventia dos rios;
- comércio do sertão com a repartição dos índios convertidos;
- a precisão de muitos escravos que necessitam todas estas feitorias. (II,139)

Para implementar o „novo método” vai ser necessário:

- desterrar por uma vez a mandioca (...) metendo em seu lugar os trigos, e mais sementeiras da Europa;
- meter em praxe o uso de barcos comuns para serventia de todos, como usam na Europa, e mais mundo. (II,140)

Mandioca – madeira moída, veneno – é um produto extremamente laborioso, exige sempre o desmatamento de muitas matas novas (II,141), ”pede cada ano novas matas”, e por isso ela é um erro e deve ser desterrada. (II, 147).

Há uma necessidade de barcos e feiras públicos para que a população toda possa ter acesso aos bens alimentícios e não só aqueles que tem escravos e possam os providenciar. Os meios que João Daniel aponta são os que a experiência ”de muitos

anos naquele estado tem mostrado com aprovação de muitos outros missionários” (II,144).

As terras do Amazonas estão ainda ”tanto em embrião, como estaria o mais mundo no seu princípio”. Os índios só na semelhança são gente e ”se devem entender por feras” (II,145). Os matos são incultos, mas mais férteis do que de todo mundo, por isso o Amazonas é terra prometida, enquanto a Europa parece uma terra dos expulsos do paraíso.

As campinas que são utilizadas para pastos podem ser também utilizadas para agricultura (e não são). O autor critica a agricultura das matas onde não entra arado por causa das raízes; essas searas só servem um ano e precisam ser feitos novos desmatamentos, enquanto nestas volta o mato. São terras móveis, mas a base da agricultura nova devem ser as terras estáveis, como na Europa.

O novo modo proposto de cultivar a terra é o velho método dos índios bravos, que não derrubam as árvores grandes, mas só as fazem secar, cortando a sua casca em roda e cortando, secando e queimando os arbustos e cipós por baixo. Assim não se precisa muita gente (escravos), a madeira é aproveitada e há mais terreno para plantar no meio das árvores, que ficam como mastros dos navios. E, futuramente, apodrecendo as raízes e caindo as árvores, podem ser transformadas as terras móveis em terras estáveis, em que pode ser usado arado.

Considerando a estabilidade a maior riqueza dos moradores, João Daniel fala das inconveniências das terras móveis e das vantagens de agricultura de terras estáveis, que não obrigam os moradores a mudarem de lugar. A agricultura do Amazonas segundo a atual praxe é mais dano do que proveito, mais abuso do que uso das matas (II,159), e o cultivo da maniva é um grande impedimento para a povoação daquela região, além de ser também um „insípido veneno”. O desenvolvimento do Amazonas vai depender,

segundo ele, do cultivo de trigo, que deve dar os bons resultados, como dá nas terras da Índia e da África, onde o calor é semelhante. Uma das provas da superioridade de trigo é que ele serve ao pão eucarístico. Também os milhos graúdos têm grandes vantagens em relação a maniva e todas as suas castas dão bem nas terras do Amazonas. Em Portugal a broa é o sustento mais popular e comum (Cap. 9, 10). Recomenda também o cultivo do arroz, "um dos mais estimados legumes do mundo" que também serve em lugar de pão na Índia, China e África. Fala das suas várias castas das quais podem se aproveitar os habitantes do Amazonas e que pode ser exportado para Europa. Só se aproveitar arroz bravo dos lagos, poderia se carregar com ele grandes frotas.

São várias as vantagens do cultivo de searas de trigo, milho e arroz em lugar de maniva: precisa de menos gente e dispensa escravos, precisa só ter meses para ser colhido e não um ano como a maniva.

Enquanto na Europa a razão da pobreza é a falta de terras para cultivo, no Amazonas é o cultivo de maniva e o uso de farinha-de-pau. João Daniel conta o drama dos europeus que chegam a Amazonas e ficam pobres e mendigos, tirando aqueles que só com um bom casamento e dote de escravos se conseguem estabelecer na terra. Ele critica o fato de brancos adotarem o uso de farinha-de-pau dos „brutos“, em vez de beneficiar melhor a terra e introduzir as searas européias. Com a justíssima lei de libertação dos índios de 1757 muitos ficaram pobres, mas segundo o autor não é a falta de escravos a causa da sua pobreza, mas o cultivo de maniva. Fala da dependência do senhor dos escravos – e esse é o motivo forte para desterrar a maniva, bem como para acabar com a escravidão.

A verdadeira riqueza do mundo consiste não em amontoar escravos, mas em formar terras em semeadura dos graus: milho, trigo arroz etc. João Daniel preocupa-se dos novos povoadores do Amazonas, quer os prevenir para não repetirem os erros dos



antigos. Fala das providências que devem ser tomadas para sustentar esses novatos nos primeiros 6 ou 12 meses, para que eles pudessem se dedicar a agricultura sem a necessidade de terem escravos. Manter os escravos é muito dispendioso e nem sempre vale a pena, porque eles „comem mais do que trabalham“ (II,204). Aponta vários outros inconvenientes de ter escravos. Do ponto de vista econômico (e esse parece aqui o mais importante para João Daniel) a posse de escravos não se justifica devido aos gastos muito elevados para os sustentar e sua pouca produtividade. Os escravos roubam os seus donos e são vingativos. Vendem aos senhores o que roubam deles. Matam os outros escravos que são fieis aos seus senhores. Os senhores dependem dos escravos e são explorados por eles (a inversão da relação senho-escravo). A culpa é da maniva e da falta dos barcos públicos. Porque sem essa mão de obra é impossível (na falta do povo miúdo e jornaleiros) plantar mandioca e viajar pelo Amazonas.

## CAPÍTULO XIV

### Nova navegação

A necessidade de navegação no rio Amazonas, como alegam seus moradores, exige que possuam escravos em grande número. "Porque os brancos não são afeitos a remar (nem a nenhum outro trabalho)" (II, 215). Esta praxe de utilizar índios para remar João Daniel considera muito violenta e injusta aos que estão na sua terra. É como se os índios viessem a Portugal obrigando os portugueses a servi-los (II, 215). Quanto aos escravos africanos, no entanto, ele não manifesta tanta compreensão nem compaixão pelo seu sofrimento.

Com a navegação restrita a canoas próprias só os ricos podem ser bem servidos, e mesmo eles precisam tirar escravos de outros serviços. Perdem-se muitos bens do interior e também o transporte de minas fica muito caro e prejudicado. Com a introdução de barcos comuns não haverá necessidade de escravos nem de perseguir os índios e desacomodar missões. Haverá grandes vantagens para transporte, inclusive de gado vacum e minerais, e para a administração do Amazonas.

Nas povoações do Amazonas nada de preciso se acha nas praças públicas, não há mercados nem feiras. A introdução dos barcos de carreira e de aluguel pode mudar essa situação. João Daniel propõe a circulação de dois barcos de carreira grandes, retomando a idéia do Pe. António Vieira, equipados com remeiros índios voluntários e pagos, um ou dois de cada das oitenta missões. A sua previsão é que no futuro próximo o Amazonas terá barcos e canoas públicos. (II, 229). E o jesuíta preso quer dar a sua contribuição para o sucesso dessa navegação futura no Amazonas, anunciando as suas duas invenções – de navegação com ventos contrários, e a nas calmarias, que serão apresentados na Parte Sexta da sua obra.

Por vir aqui a propósito a notícia de um novo, facilimo e utilissimo método de navegar, que excogitei na vacância que tinha de tempo desocupado das minhas obrigações, e depois mais examinei nas minhas prisões, ou sepulturas de vivos, para divertir as potências da alma, passar o tempo, e espalhar tristezas na falta de livros, e de toda humana consolação (II,233).

---

## CAPÍTULO XV

### Novas missões

---

A repartição dos índios é uma tragédia para eles e para os seus missionários (II,310), resultando na „destruição das missões portuguesas” (ibidem). Ela é a causa de grandes dificuldades no descimento dos índios selvagens e na sua conversão. Prejudica também ofícios divinos por não haver índios estáveis na aldeia, e obriga as meninas treinarem para servir os ofícios da igreja. Mais onerosa é ainda a repartição das índias.

João Daniel fala dos inconvenientes de mandar os índios dos missionários ao sertão, mas ao mesmo tempo defende e justifica a necessidade dos missionários possuírem os 25 casais índios para o seu serviço e, conseqüentemente, para o serviço da sua própria conversão. Considerando o grande bem que para os índios representa a conversão, o jesuíta acha natural que eles paguem a sua parte dos custos dessa obra. Não concorda com a sua exploração e escravização pelos branco, a qual veementemente reprova, reconhecendo porém, a necessidade do tratamento paternalista: „É necessário andar sempre a acariciá-los como faz uma mãe a seus filhos dando-lhes aguardente, e outras cousas, para os ter contentes” (II,320).

Para evitar as viagens dos índios para as colheitas do sertão, e evitar as repartições (porque „são senhores da sua liberdade, estão nas suas terras... e não basta a razão de serem rústicos para se obrigarem a servir”, II,323), João Daniel propõe fazer plantações estáveis de cacau, café, salsa e cravo perto das aldeias.

Para aliviar os índios do trabalho de pesca e para que os missionários não dependam deles, inclusive da sua preguiça, o autor propõe a criação de gado vacum nas suas missões, assim como se pratica nas missões espanholas. Mas não confiaria aos índios o pastoreio. Dando esses e outros conselhos para as missões, ele deve acreditar na continuação da obra missionário no Amazonas, assim como no seu aprimoramento.

Devido a diversidade das línguas nasce uma dúvida se, como em outras missões, no Amazonas os missionários também devem aprender a língua dos que estão convertendo. A língua geral foi uma solução, mas devido a sua corrupção e as vantagens que dá a língua portuguesa, João Daniel é favorável ao ensino da língua portuguesa nas missões, para que ela se torne uma língua da unidade, concordando dessa forma com a política linguística pombalina. Ele ressalta a importância das escolas para civilizar os índios, ensinando-lhes ler, escrever e a doutrina cristã, para os fazer homens, pois segundo esse missionário em nada cedem em capacidade aos brancos. Por isso também, para os mais sabidos meninos e meninas de cada aldeia devem ser erigidos os seminários, onde possam receber uma educação superior.

Segundo João Daniel, para o bem das missões e dos índios, os seus missionários deveriam ser os padres regulares, cuidando e atendendo tanto o espiritual quanto o temporal dos índios, e não clérigos seculares. Embora para os próprios jesuítas (a sua paz e sua salvação) seria melhor não assumir essas missões. A colocação dos clérigos seculares é conveniente para os brancos, porque assim é fácil para eles explorar os pobres índios.

Não convém aos jesuítas as missões na Amazônia, porque eles são um grande perigo da salvação própria, a qual é mais importante do que a alheia. Eles têm que „executar impertinências” como a repartição dos índios aos brancos. „É muito odioso e contencioso o ofício do missionário no Amazonas”(II, 350), „porque todos querem obrigar os índios aos seus interesses” e como „os missionários não podem condescender com eles nas injustiças, se viram contra os missionários e os aborrecem de morte” (II,350-1). Que os jesuítas missionem, mas sem administrar as missões. „Se não houvessem outros religiosos a administrar as missões, os jesuítas deveriam assumir, mas

no Amazonas (ao contrário da Ásia e África) não faltam outros religiosos que podem e desejam administrar” (II, 351-2).

„Na administração dos regulares se conservam as missões e na administração dos clérigos em poucos anos se perderiam” (II, 353). „Os clérigos sempre hão de puxar para si, e os regulares pela maior parte só puxem pelos índios (II,354)”. Os regulares todas as funções paroquiais fazem de graça e pagam aos índios o seu trabalho como jornaleiros. O que não fazem os seculares. Não convém aos seculares administração das missões – para bem das missões, e aos religiosos regulares não convém a administração das missões – para a sua paz e perfeição religiosa (II,356).

Com a expulsão dos regulares e a introdução dos diretores leigos, a situação atual das missões é crítica e – supõe o autor – pode ser que os regulares vão ter que futuramente tomar conta delas. Por isso dá conselhos para os futuros missionários regulares, chamando a atenção, entre outros, a importância de música e da pintura no trabalho de evangelização dos índios. Manifesta a sua discordância dos que seguindo a posição do Concílio de Lima admitem a confissão aos índios, mas não admitem a comunhão. O fato de serem gente rústica não justifica a negação da comunhão (se se admite a confissão devem ser capazes também a receber a comunhão). Na Europa também há gente até mais rústica, mas não se lhes nega a comunhão: „me contou um missionário alemão (...). Na mesma Alemanha havia gente mais rústica do que os índios” (II,360).

Retornando a Amazônia os missionários regulares tem que ter a direção tanto espiritual como temporal, pois sem a força coatora da temporal não poderiam exercer a espiritual. João Daniel propõe que os missionários fiquem isentos das repartições dos índios e que sejam os principais (caciques) a decidir quem vai ao serviço dos brancos,

mas de acordo com a sua vontade como manda o regimento das missões, uma vez que „os índios são tão livres e tão vassallos de Sua Majestade como os brancos” (II, 370).

„É como a paz dos índios é um dos primeiros objetos a que devem atender, os seus missionários devem não só desagrává-los dos injustos serviços dos brancos, mas de todo o mais trabalho quanto puderem” (II,372). Evitar o trabalho de canoas, de pescaria, de colheitas ao sertão. Ensiná-los outros ofícios e a agricultura das terras estáveis.

João Daniel é contrário ao método de atrair os índios com as vantagens temporais, „santos enganos”, em vez de motivos religiosos. Aconselha que por motivos da fé e não outros se movam a abraçar o cristianismo. E está convencido que a rusticidade dos índios não os impede a entender as verdades católicas, mas até ao contrário, os faz mais capazes disso.

Aqui pode ser observada uma certa incoerência do autor: por um lado não quer que se utilize os argumentos terrenos para atrair os índios (mas só as vantagens da fé), e por outro, não quer que se passe para eles os instrumentos de ferro antes de se converterem, para souberem que „só os católicos podiam usar desses instrumentos” (II, 384). Justifica essa atitude também pelo fato de que os índios usam esses instrumentos fazendo guerra aos brancos. A fé e o amor dos missionários faz que sejam seguros, mas sem este espírito „é temeridade meter-se no meio das feras” (II, 385).

## CONCLUSÃO

A leitura de *Tesouro descoberto no Máximo rio Amazona* do Pe. João Daniel, no contexto da história dos jesuítas e da sua expulsão da Amazônia, evidencia o seu caráter híbrido e enciclopédico com as características do relato de viagem etnográfica, reconstruída pela memória na situação de encarceramento, mas também um tratado que apresenta diversos projetos de intervenção no processo histórico de colonização daquela região. Na representação da alteridade humana e geográfica as atitudes do autor diferem das práticas ocidentais da época, que sistematicamente homogeneizaram o que era heterogêneo. Os trechos metanarrativos retratam a dramática situação do autor, mas também confirmam a sua inconformação e reforçam a hipótese de ser a sua obra uma resposta a expulsão através da construção da presença. É a experiência do próprio autor, gravada na sua memória, que constitui a principal base dessa construção subsidiada com a memória das leituras das descrições do universo amazônico e com a memória dos missionários encarcerados junto com ele.

A descrição do universo amazônico nas primeiras quatro partes da obra constitui apenas um primeiro passo para a construção da presença. A parte considerada principal pelo autor é a Parte Quinta, ”em que se mostra um novo e fácil método da sua agricultura, o meio mais útil para extrair as suas riquezas e o modo mais breve para desfrutar os seus haveres para mais breve, e mais facilmente, se efetuar a sua povoação e comércio“ (II,133). Nesta parte é apresentado um projeto complexo de intervenção no processo de colonização, evangelização e desenvolvimento econômico da Amazônia, visando a eficácia desse processo, mas também avanços sociais, principalmente no que tange a situação dos povos autóctones e as condições de vida de todos os moradores. A



Parte Sexta é uma complementação da quinta, contendo „inventos úteis, e curiosos para a melhor navegação fazendo prósperos todos os ventos ainda os mais ponteiros, e contrários, e para fazer nas calmarias boa viagem. Com nova invenção de represar as marés, para moerem fábricas e engenhos de moto contínuo, crescem algumas outras idéias de engenhos manuais para serrar madeira, fazer açúcar, e muitos outros não menos curiosos que úteis à vida humana” (II,545).

Embora a parte descritiva represente hoje o valor maior do que as invenções tão valorizadas pelo autor, elas também devem ser reconhecidas e apreciadas como um projeto, inédito naquela época, de desenvolvimento amazônico e uma manifestação da presença participativa a revelia da expulsão e das suas funestas conseqüências.

*Tesouro descoberto no rio Amazonas* representa também um dos maiores, se não o maior, ato de resistência ao terror pombalino e um fortíssimo argumento contra as suas justificativas da expulsão e da punição dos jesuítas. O novo ”diretório” do Padre Daniel não foi menos avançado do que o *O diretório dos índios* do Marques de Pombal, mas com certeza estava baseado no maior conhecimento da Amazônia e dos seus povos. O ódio a Companhia de Jesus e ânsia pelo poder absoluto levaram este ministro do D. José I a eliminar os que podiam ser os seus melhores aliados no processo de colonização baseado no reconhecimento da racionalidade e capacidade dos povos nativos e no potencial libertário e civilizatório da ação educativa. O Pe. João Daniel discordava das leis que extinguíam o trabalho missionário dos religiosos nos aldeamentos, mas muitos princípios dessas leis estão presentes na sua obra. E além disso, a sua sensibilidade ecológica ultrapassava o horizonte dos seus tempos.

O livro de João Daniel é uma doação singular, uma singular consubstanciação da sua vida; uma doação generosa que apela para a generosidade do leitor. Porque a leitura

também é doação. O texto aqui apresentado é antes de tudo um registro de uma leitura, de um retiro de vários meses em que o produto de longos anos de escritura estava sendo decodificado e hospedado, possibilitando um encontro vedado pelas barreiras do tempo. A leitura transportava ao forte de São Julião e de lá à Amazônia. A inserção na imensidade do universo amazônico passava pelo cárcere. A sensação do encontro ficou ainda mais intensa diante do manuscrito da obra na Biblioteca Nacional do Rio. Percorria com o Padre Daniel os rios e a selva, mapeando os seus tesouros e milagres, sua fauna e flora, fazendo contato com seus homens, mas também compartilhando um sonho de uma exploração desse tesouro descoberto no rio máximo para o bem da humanidade, sonho de reabitar o paraíso. Mas estava presente também nesse encontro a memória dos séculos que passaram desde a morte do autor, em que a exploração destruidora e a miséria contradiziam a seus sonhos. Mas a voz *de profundis* dos tempos, voz de um desterrado na sua própria terra não se calava, continuando a proclamar a glória da criação e a fé de que o seu tesouro, tão generosamente depositado no rio máximo, possa servir para o bem do homem sendo, ao mesmo tempo, bem por ele servido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rita Heloíza. *O diretório dos índios – um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: EdUnB, 1997.
- ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond (1540-1750)*. Stanford, 1996.
- AZEVEDO, J. Lúcio. *O Jesuítas no Grão-Pará. Sua missões e a colonização*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901.
- BLOCK, D. *Mission Culture on the Upper Amazon*. Lincoln, 1994.
- BOXER, Charles Ralph. Missionaries, Colonists, and Indians in Amazonia. In MÖRNER, Magnus (ed.). *The Expulsion of the Jesuits from Latin America*. New York: Alfred A. Knopf, 1965.
- BRINKEN-GABLER. *Enconuntering the Other(s). Studies in Literature, History and Culture*. New York, 1995.
- DANIEL, João, Padre. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Vol. 1-2. Apresentação de Vicente Salles. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- ECKART, Anselm. *Memórias de um Jesuíta prisioneiro de Pombal*. Trad. de Joaquim Abranches e Ana Maria Lago da Silva. São Paulo: Ed. Loyola, 1987.
- EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- FEIJOO, Benito Geronimo Fr, *Theatro Critico Universal, os Discursos vários em todo gênero de matérias, para desengano de errores comunes*, Madrid, 1738.
- FRANCO, José Eduardo. *O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. Volumes I e II. Lisboa: Gradiva, 2006, 2007.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo - História de uma polêmica*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GUMILLA, José. *El Orinoco ilustrado*. Madrid, 1745. Edição consultada com introdução de Constantino Bayle, de M. Aguilar, Madrid, 19?, p. XIV-XV.
- JAEGER, Luís Gonzaga, S.J. *A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1760*. Porto Alegre, 1960.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil (10 vol.)*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1949.

- LEWINAS, Emmanuel. *Le temps et l'autre*. Paris: Montpellier, 1979.
- LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MAXWELL, K. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge, 1995.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazonia na era pombalina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.
- MÖRNER, Magnus (ed.). *The Expulsion of the Jesuits from Latin America*. New York: Alfred A. Knopf, 1965.
- MURR, Christovão Theophilo de. *História dos Jesuitas no ministério do Marques de Pombal*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1923.
- PAPAVERO, Nelson. Relíquia do século 18. *Ciência Hoje*, v. 35, 2004, no. 208.
- PHILLIPS, H. *Church and Culture in Seventeenth-Century France*. Cambridge, 1997.
- PORRO, Antonio. Uma Enciclopédia Amazônica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 2006, n. 43, p. 223-224.
- PORRO, Antonio. Um „tesouro” redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de Pe. João Daniel. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 2006, n. 43, p. 127-147.
- QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Embaixadores de dois reinos: missionários e fronteiras na região amazônico-caribenha*. [Doutorado]. Brasília: UnB, 2005.
- QUADROS, Eduardo Gusmão de. Luzes e sombras sobre a alma nativa: dois jesuítas expulsos da Amazônia. In <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Eduardo.pdf>
- \_\_\_\_\_. Os batinas e os brutos: povos indígenas na obra do Pe. João Daniel. *Fragments de Cultura*, Goiânia, vol.10, num.5, 2000, p. 27-942.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (v.3). Trad. Roberto L. Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCAGLIONE, A., *The Liberal Arts and the Jesuit College System*. Amsterdam, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- TOCANTINS, L, *Bíblia Ecológica do Padre João Daniel*, introdução a: Padre João

Daniel, *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*, “Anais da Biblioteca Nacional” 1975, vol. 95, t. I.

WALDENFELS, Bernhard. *Topographie des Fremden*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.

WILCKENS, Ricardo Krebs. The Victims of a Conflict of Ideas. In MÖRNER, Magnus (ed.). *The Expulsion of the Jesuits from Latin America*. New York: Alfred A. Knopf, 1965.

WRIGHT, Jonathan. *The Jesuits. Missions, Myths and Histories*. London: HarperCollinsPublishers Ltda, 2004.

VERÍSSIMO, Inácio José. *Pombal, os Jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro, 1961.

VIEIRA, António Pe. *Sermões*. Porto: Lello & Irmão, 1959.